



EUGENIA, RAÇA E IMIGRAÇÃO: DIÁLOGOS COM A CONSTITUINTE 1933-
1934

Wallace Carvalho de Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.^a D.ra Maria Cristina Giorgi

Coorientador: Prof. D.r Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Rio de Janeiro

Fevereiro 2017

EUGENIA, RAÇA E IMIGRAÇÃO: DIÁLOGOS COM A CONSTITUINTE 1933-1934

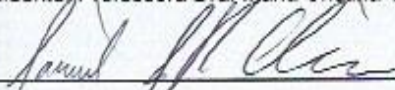
Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnico-Raciais , do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Wallace Carvalho de Andrade

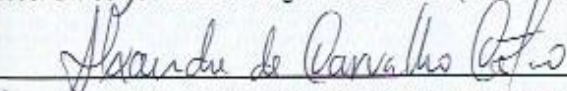
Banca Examinadora:



Presidente, Professora Dra. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ) (orientadora)



Professor Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (CEFET/RJ) (coorientador)



Dr. Alexandre de Carvalho Castro (CEFET/RJ)



Professora Dra. Poliana Coeli Costa Arantes (UERJ)

SUPLENTES

Dr. Fábio Sampaio Almeida (CEFET/RJ)

Dr. Bruno Rego Deusdará (UERJ)

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2017

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

A553 Andrade, Wallace Carvalhode
Eugenia, raça e imigração : diálogos com a constituinte 1933-
1934 / Wallace Carvalho de Andrade.—2017.
88f. : il. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2017.

Bibliografia : f. 86-88

Orientadora : Maria Cristina Giorgi

Coorientador : Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

1. Eugenia – Brasil. 2. Relações raciais – Brasil. 3. Migração. 4.
Racismo – Brasil. I. Giorgi, Maria Cristina (Orient.). II. Oliveira,
Samuel Silva Rodrigues de (Coorient.). III. Título.

CDD 363.920981

AGRADECIMENTOS

Tentarei nas palavras que seguem ser o mais sincero e honesto com aqueles que me auxiliaram na realização deste trabalho.

Agradeço à minha mãe, Maria Helena Carvalho, pela educação que me deu, o que contribuiu para que eu chegasse até aqui.

A Maria Cristina Giorgi, minha orientadora, agradeço com muito carinho a paciência e compreensão em torno das minhas dificuldades. Além da formação intelectual que tive, as leituras que me proporcionou tornaram-me um ser humano melhor.

Aos professores Alexandre Castro e Poliana Arantes pela aceitação em participarem da banca e pelas grandes contribuições que me foram dadas.

A João Paulo Carneiro, pela amizade construída nesses dois anos de curso, em que não faltaram contribuições teóricas e também afetivas nos momentos difíceis.

A Thais Maria, agradeço o incentivo para que eu entrasse no mestrado, após o término da graduação.

Aos meus grandes amigos: Carlos Toneli, Bruna Morena e Ângela Fernandes, por todo apoio, carinho e momentos de alegrias.

A Fernando Paulino, José Mauro e Roberto Gomes (in memoriam) pelos momentos de alegria, e por acreditarem em mim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais: Fabio Sampaio, Elisângela Santos e Mário Luiz, e às amigas construídas durante o curso: Aleksandra Stambowisky, Isabela Bastos, Natasha Mendes e Humberto Manoel.

Agradeço à minha diretora Débora Arruda e ao meu coordenador Rodrigo Freire, pela compreensão nos momentos em que não pude me dedicar ao trabalho em função do trabalho de pesquisa.

Aos funcionários das bibliotecas CEFET-RJ, CCBB-RJ e Biblioteca Amadeu Amaral, pela ótima recepção.

EPÍGRAFE

Eu não sou o mudo
Balbuciando querendo falar
Eu sou a voz da voz do outro
Que há dentro de mim
Política Voz - Barão Vermelho

RESUMO

Esta dissertação busca compreender, a partir de uma perspectiva discursiva, a produção de sentidos que foi construída sobre a imigração nas reuniões de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. A eugenia, enquanto saber científico, influenciada pelas teorias racialistas e evolucionistas, é a responsável por avaliar a entrada ou mesmo a exclusão de estrangeiros no país. O branqueamento continua a ser propagado enquanto política de Estado, através de leis, pareceres e emendas que buscavam a proibição das raças consideradas inferiores como negra e asiática. Através de uma nova forma de conceber a linguagem, ou seja, do dialogismo (Bakhtin, 2004), buscamos em nossas análises os diálogos entre raça, eugenia e imigração nos discursos materializados em projetos de leis, emendas e pareceres que foram sujeitos à aprovação nas reuniões de trabalho de Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Em nosso corpus, utilizamos as categorias de análise de Maingueneau (2013) e Ducrot (1987).

Palavras-chave: relações étnico-raciais. eugenia. imigração.

ABSTRACT

This dissertation seeks, from a discursive perspective, a production of meanings that was built on an immigration at the working meetings of the National Constituent Assembly of 1933-34. Eugenics as scientific knowledge, influenced by racist and evolutionary theories, is responsible for assessing the entry or even exclusion of foreigners in the country. Bleaching continues to be propagated as state policy, through laws, opinions and amendments that seek a ban on races considered inferior as black and Asian. Through a new way of conceiving a language, that is to say, of dialogism (Bakhtin, 2004), we look for analyzes in the dialogues between race, eugenics and immigration in the speeches materialized in draft laws, amendments and opinions that were subject to approval in meetings Work of the National Constituent Assembly of 1933-34. In our corpus, we use as analysis categories of Maingueneau (2013) and Ducrot (1987).

Keywords: ethnic-racial relations. eugenics. immigration.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Intelectuais e políticos em campo: polifonia nos discursos sobre a identidade nacional na Primeira República (1889-1930)	15
1.1 Solução brasileira: o branqueamento das raças	15
1.2 Os intelectuais otimistas e posituação do caldeirão das raças: Silvio Romero e João Baptista de Lacerda	18
1.3 A condenação da mestiçagem em Nina Rodrigues	22
1.4 O meio e a raça como operadores no pensamento de Euclides da Cunha	24
1.5 O antirracismo de Alberto Torres e Manoel Bonfim	25
1.6 A questão nacional em Oliveira Vianna	27
1.7 O culturalismo de Gilberto Freyre na década de 1930	30
2 O discurso eugenista nas reuniões de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte	34
2.1 O pensamento sanitaria na Primeira República	34
2.2 O movimento eugênico brasileiro	37
2.3 A Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista 1932 e a formação de uma nova	45
3 Linguagem, Sociedade e Racismo: arcabouço filosófico	48
3.1 As contribuições de Bakhtin	48
3.2 Linguagem enquanto intervenção	51
3.3 As contribuições de Michel Foucault	53
3.4 Análise do Discurso	57
3.5 Raça e Racismo	62
4 Análise do Corpus	66
Considerações Finais	84
	86
Anexo 1	89

Introdução

Meu contato inicial com a temática voltada para a questão étnico-racial deu-se a partir de uma especialização em História da África e do Negro no Brasil, realizada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), entre 2012 e 2013, devido ao fato de eu reconhecer uma lacuna existente em minha formação durante a graduação em História (2008-2011). Como trabalho de conclusão de curso da especialização, esbocei um texto sobre o médico e antropólogo João Baptista de Lacerda (1846-1915), que ficou consagrado por seu trabalho enquanto diretor do Museu Nacional no período 1895-1915, e pela influência de suas ideias acerca do branqueamento da população negra com a política imigratória do Estado brasileiro, com o objetivo de alcançar “modernidade, “progresso” e “civilização”, palavras-chaves no pensamento social brasileiro durante a Primeira República.

Na sociedade brasileira, sou tratado e reconhecido como “branco” o que me permite usufruir de privilégios aos quais automaticamente tenho direito em função da tonalidade de pele. Por outro lado, sensibilizo-me às causas dos movimentos negros na defesa do combate ao racismo e entendo que, nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) tem se constituído como um importante programa *stricto sensu* no desenvolvimento de pesquisas, que em sua maioria possuem como características em comum a denúncia e combate ao racismo, além de promoverem o diálogo com a diversidade.

Escolhi o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais por acreditar na importância da interdisciplinaridade dos saberes, com os quais pude contar em disciplinas voltadas para as áreas da educação, linguística e campo artístico, o que contribuiu para minha formação teórica, assim como para a formação de historiador que possuo.

A presente pesquisa insere-se dentro dos estudos historiográficos referentes ao Pós-Abolição, Pensamento Social Brasileiro e estudos relacionados à imigração durante a Primeira República (PR), no período compreendido entre 1889 e 1930 e Era Vargas, cuja duração foi de 1930 a 1945, sendo a questão racial o fio condutor deste trabalho,

por meio de leituras de projetos de leis, pareceres e emendas em torno da imigração que foram realizados pelos constituintes na segunda Constituição Republicana (1933-34). Temos particular interesse no conjunto de toda a produção intelectual voltada para eugenia, imigração e a questão racial, discussão essa que encontramos nos debates realizados nas reuniões de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte 1933-34 (ANC), nos anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no ano de 1929, e em livros e jornais de época.

Encontramos, em paralelo, diversas discussões sobre a identidade nacional brasileira nos projetos de leis, pareceres e emendas relacionados à imigração. Atravessadas pelos discursos do racismo, que condenavam a raça negra, julgando-a inferior em relação à branca, e pelo discurso de eugenia, marcado por uma interdisciplinaridade de saberes como a antropologia, medicina, psiquiatria, sanitarismo e demais ciências, essas discussões pretendiam salvar a nação.

Não escolhemos analisar os discursos proferidos pelos constituintes nas reuniões de trabalho da ANC 1933-34 em função de um tempo maior que se faria necessário à realização da pesquisa e nosso *corpus* é composto pelos projetos de lei, emendas e pareceres relacionados à imigração. A opção por analisar somente os fragmentos relacionados aos projetos de lei, emendas e pareceres deve-se ao fato de se tratar de uma pesquisa de mestrado e também porque escolhemos trabalhar com o discurso materializado.

A virada do século XIX para o XX, na sociedade brasileira, é marcada por grandes e profundas transformações sociais e políticas, como a abolição do sistema escravista e a instauração do sistema republicano de governo. O Brasil era considerado "atrasado" pela ótica europeia, influenciada pelas teorias racialistas hegemônicas, cujas bases de sustentação eram o determinismo biológico, e os modelos evolucionistas baseados nas teorias de Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903).¹ Assim,

O darwinismo social-principal doutrina racista vigente na passagem do século radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos)

¹ Não cabe à pesquisa discorrer sobre tais modelos e suas diferenças. Ver: DOMINGUES, Heloisa; SÁ, Magali; GLICK, Thomas: **A recepção do darwinismo no Brasil**. 2003. Ed. Fiocruz. Rio de Janeiro

- no caso os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbido a seleção natural e social. (SEYFERTH, 1996 p. 43)

O “atraso”, em oposição à “modernização”, dava-se em função da intensa miscigenação ocorrida em solo brasileiro, segundo as teorias racialistas em voga na segunda metade do século XIX, que possuíam respaldo científico dado por intelectuais como Gobineau (1816-1822), Lapouge (1854-1936), Agassiz (1807-1873), Lombroso (1835-1909), Paul Broca (1824-1880), dentre outros.

Louis Agassiz (1807-1873), zoólogo suíço que esteve presente em solo brasileiro, teceu severas críticas ao nosso caldeirão de raças. Um trecho do relato feito pelo autor três anos após sua viagem ao Brasil em 1865, reproduzida pelo brasilianista Thomas Skidmore, nos ajuda a compreender a visão que compartilhavam os viajantes europeus em sua maioria:

Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam- venha ao Brasil - venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ, 1868 apud SKIDMORE, 2012, p. 72).

A maioria da população brasileira era composta por negros, ex-escravizados, o que causava uma enorme preocupação às classes dirigentes da época, uma vez que contribuiriam para o atraso da modernização do país, de acordo com a ideologia dominante que considerava a raça branca superior, e as demais raças, negro e amarela como sendo inferiores. Coube aos intelectuais nacionais responder as ânsias do Estado brasileiro, que buscava, por meio do branqueamento da população brasileira, a modernização e projeção internacional, de modo a equivaler-se aos países europeus, considerados de elevado grau de civilização.

De acordo com o princípios científicos adotados na época, o negro era considerado inferior, sempre condenado ao fracasso, ao passo que o branco era considerado superior intelectualmente e destinado a alcançar as melhores posições na sociedade. As teorias racialistas, fundamentadas no darwinismo-social, legitimaram a colonização da Ásia e África no século XIX através da política imperialista, justificando

a inferioridade das nações consideradas “não brancas”. Sendo assim, os países colonizados como o Brasil, marcados pela escravidão e pela alta mestiçagem, eram condenados ao fracasso, enquanto os que não sofreram tais processos eram considerados superiores e correspondiam ao status de “civilização”, sobretudo as nações europeias, que produziram os intelectuais responsáveis por respaldar cientificamente tais teorias.

Desse modo, durante a PR, entre 1889 e 1930, o branqueamento constitui a solução brasileira encontrada para resolver o problema do negro, visto como o principal responsável pelo atraso do Estado brasileiro no processo para atingir o status de civilização moderna.

Com base no exposto, temos a seguinte questão que procuraremos responder no presente trabalho de pesquisa: de que modo se construiu discursivamente o projeto do branqueamento, materializado em projetos de leis nas reuniões de trabalho da ANC 1933-1934?

Nosso objetivo geral será identificar as marcas linguísticas e os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso racista materializado em projetos de leis, emendas e pareceres, apresentados nas reuniões de trabalho da ANC de 1933-34, em função das condições históricas em que ele emergiu.

Como objetivos específicos, propomos:

- Modalizar a contribuição ao combate ao racismo;
- Contribuir para a historiografia referente aos estudos sobre o Pós-Abolição Pensamento social brasileiro e sobre o Movimento Eugênista;
- Disseminar uma proposta de trabalho com a análise do discurso na área da História.

No primeiro capítulo, inserimos uma contextualização histórica. Para compreendermos a relação entre os eixos deste trabalho: eugenia, raça e imigração, na década de 1930, precisamos retornar à PR e aos intelectuais que, de acordo com Renato Ortiz (1989), são os precursores das ciências sociais brasileiras: João Baptista de Lacerda, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Manoel Bonfim e Oliveira Vianna². São esses homens que, na jovem república, irão analisar os

² Os intelectuais citados por Renato Ortiz (1989), como Oliveira Vianna, Silvio Romero e João Baptista de Lacerda, em sua maioria tiveram uma vasta produção resgatada pela historiografia, tendo os problemas nacionais como objeto de estudo. Entretanto, no recorte temporal utilizado, desconheço a

problemas brasileiros e que discutiram a questão da identidade nacional, num momento em que o Brasil era visto como inferior em função da alta mestiçagem. Apresentamos também nesse capítulo o movimento sanitarista, ao contrário dos intelectuais que acreditavam que o atraso era em função da mistura das raças, irá justificá-lo como sendo fruto das doenças e da falta de saneamento, consequências de uma República omissa e corrupta. A Revolução de 1932, anterior à Constituinte de 1932, também é apresentada no primeiro capítulo. Essa revolta, que eclodiu em São Paulo, foi a responsável pela convocação de novas eleições para o legislativo e promulgação de uma nova constituição federal,

No segundo capítulo, discorremos sobre a entrada da eugenia no Brasil e discutimos os principais trabalhos publicados a respeito³. A eugenia é compreendida enquanto um discurso, materializado em diferentes práticas, ou seja, nas questões relacionadas a educação, saúde, saneamento, higiene, imigração e matrimônio, etc.

No terceiro capítulo, elencamos o arcabouço teórico e filosófico que utilizamos na pesquisa para pensar nosso *corpus* de análise. Bakhtin (2013, 2014) nos fornece uma nova forma de pensar a linguagem, através do dialogismo, em que um determinado discurso não é algo único e individualizado, pois é sempre atravessado por outros discursos. Rocha (2013, 2015) nos chama atenção para pensarmos a linguagem enquanto intervenção e não apenas como uma representação de uma realidade dada *a priori*. Michel Foucault (2007, 2015) contribui com sua teoria, nos mostrando as relações de poder existente em um discurso e a articulação dos eixos discurso, saber e subjetividade, que é dada pelo conceito de dispositivo. A análise do discurso francesa de base enunciativa, postulada por Mainguenu (2013) constitui a matriz teórica e metodológica do presente trabalho. Escolhemos não trabalhar com nosso *corpus* sob uma análise de conteúdo, comum entre historiadores e nas ciências sociais, pois a maneira que compreendemos o fenômeno da linguagem é incompatível com essa metodologia de análise, que se configurou enquanto hegemônica até a década de 1960, quando a análise do discurso começa a se destacar. Tratando-se de um tema voltado para as relações étnico-raciais, retomamos a Banton (1977), Todorov (1993) e

existência de outros homens que se lançaram a estudar a realidade nacional, o que espero que não seja interpretado como um silenciamento desses homens.

³ GERALDO (2007); LUIZETTO (1975); REIS (1994); SANTOS (2008) e STEPAN (2004, 2005)

Guimarães (2006) para compreendermos a categoria raça e o fenômeno social do racismo.

O capítulo 4 é destinado a apresentação do corpus e intervenção analítica. Apresentamos os anais da ANC de 1933-934, concebido aqui enquanto um gênero do discurso, e nosso *corpus* de análise é formado pelo discurso materializado sobre a imigração em forma de projetos de leis, emendas e pareceres. A partir de uma perspectiva discursiva, empreendemos nossas análises operando com as categorias designações e negação polêmica, de modo a compreender os efeitos de sentidos produzidos e demarcar a presença do discurso de outrem.

1. Intelectuais e políticos em campo: polifonia nos discursos sobre a identidade nacional na Primeira República (1889-1930)

No presente capítulo, buscamos contextualizar o recorte temático da pesquisa e também problematizar o discurso da modernização, tão evocado pelas elites e pela classe de intelectuais nacionais, que, além de se opor ao discurso do atraso, também dialoga com a constituição dos debates relacionados à identidade nacional brasileira. Alguns desses discursos projetavam o extermínio da população negra através do branqueamento, enquanto outros projetavam que o negro absorveria a cultura do branco e com isso iria contribuir para a formação do povo brasileiro. Para compreendermos a materialidade discursiva da questão racial na formação e promulgação de políticas públicas geradas nas reuniões de trabalho da ANC 1933/34, precisamos voltar à PR e identificar os principais intelectuais envolvidos nos debates acerca da identidade nacional e na formação do discurso racista.

Nos anos finais do século XIX e início do século XX, era preciso dar uma nova identidade e conseqüentemente consolidar a jovem República brasileira que se formara. Nesse período, existiram homens que, influenciados pelo positivismo e pelo evolucionismo, dedicaram-se a estudar os ditos problemas nacionais, advindos da visão europeia que classificavam o Brasil como nação atrasada e inadaptável à civilização. Concordamos com Renato Ortiz em reconhecer os intelectuais que serão analisados, João Baptista de Lacerda, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, como os “precursores das Ciências Sociais no Brasil” (ORTIZ, 2012, p. 14), pois são os pensadores que, na PR, se debruçaram para buscar soluções para os impasses relativos à construção de uma identidade nacional. Entretanto, deixamos claro que esses foram os intelectuais resgatados pela historiografia.

1.1 Solução brasileira: o branqueamento das raças

Civilizar era a palavra de ordem da emergente república, que também compreendemos como resultante do processo de modernização, em que a Europa, em especial a França, era o exemplo a ser seguido.

O processo de modernização da PR teve como principais pilares de sustentação do discurso moderno os saberes técnico-científicos, que, de acordo com Hershmann e Pereira (1994), eram construídos pela “medicina (normatizando o corpo), a educação (conformando as ‘mentalidades’) e pela engenharia (organizando o espaço)”.

Na medicina, tivemos a atuação do médico e cientista Oswaldo Cruz (1872-1917), diretor-geral da saúde (1903) durante o governo de Rodrigues Alves, no combate às doenças infectocontagiosas, febre amarela e varíola.

Sob o mesmo governo, nomeado prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1836-1913) iniciou uma reforma urbanística na capital da República entre 1903-1906, em que ruas foram alargadas, praças inauguradas e cortiços derrubados. No âmbito da educação, a laicidade e gratuidade do ensino público foram garantidas na Constituição liberal de 1891, inspirada no modelo norte-americano.

Inserir o Brasil no cenário capitalista internacional também fazia parte do progresso, e para isso era necessário mão-de-obra qualificada. A imigração, em alguns momentos subvencionadas pelo Estado, passou também a fazer parte das ações públicas que modernizaram o Estado brasileiro⁴.

A intervenção modernizadora trouxe consequências para a jovem república brasileira como o agravamento da miséria, ocasionada pelas disputas de uma recente população negra, liberta, que não teve condições de entrar em igualdade na competição do mercado de trabalho com a massa de imigrantes que chegavam aos portos nacionais. As reformas urbanas, pautadas no embelezamento da capital republicana, afastaram os trabalhadores dos seus locais de trabalhos. Os conflitos entre a república e a classe trabalhadora, influenciada pelos ideais anarquistas que aqui chegaram junto com os imigrantes vindos da Europa, tornaram-se frequentes. Em abril de 1906, no Rio de Janeiro, é realizado o Primeiro Congresso Operário, no qual os laços foram estreitados entre os anarquistas e a classe trabalhadora. De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2015, p. 80): “o significado é que essa data assinalou um ressurgimento

⁴ Para melhor compreensão a respeito da imigração subvencionada pelo Estado brasileiro na PR, ver RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar o fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional**. Niterói: Editora UFF, 2006.

de ações de organização e de reivindicação entre os trabalhadores do Rio de Janeiro e também de São Paulo, onde a presença dos anarquistas era fundamental”.

Era necessário responder aos problemas do Estado brasileiro, e a classe intelectual nacional buscou na ciência europeia, influenciada pelas teorias evolucionistas, as ferramentas necessárias para atingir o status de civilização. Torna-se necessário explicar o “atraso” brasileiro e apontar para um futuro próximo, ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir como povo, isto é, como nação, e de acordo com Renato Ortiz: “o dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional” (2012, p. 15).

As teorias evolucionistas eram as ferramentas que a classe intelectual nacional tinha para argumentar, entretanto, a especificidade nacional, isto é o “hiato entre teoria e sociedade, só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos, que permitem considerar o porquê do ‘atraso’ do país” (ORTIZ, 2012, p. 15). Conceitos como raça, civilização, e classificações como superior e inferior eram o arsenal teórico dos intelectuais atravessados pelo evolucionismo.

O pensamento social brasileiro da PR vai se constituir por meio de dois eixos. o meio e a raça, sendo a raça o de maior dimensão nas discussões desses homens, cuja miscigenação foi o eixo central na discussão. Existiam os intelectuais que partilhavam de uma positivação da mistura de raças, apresentando um otimismo em relação à miscigenação e conseqüentemente com o futuro da nação, como João Baptista de Lacerda, Silvio Romero e Oliveira Vianna, e os que condenavam o caldeirão das raças, apresentando um pessimismo em relação ao futuro do Brasil em função da miscigenação, cujo nome de maior expressão é Nina Rodrigues. Entretanto, nem toda intelectualidade nacional partilhava na crença da miscigenação enquanto mal da sociedade brasileira; por exemplo, para Alberto Torres e Manuel Bomfim, o responsável pelo atraso era o meio e não a raça. Já o pensamento de Euclides da Cunha, a nosso ver um dos intelectuais mais interessantes do período, atravessa as duas dimensões: o meio e raça.

Os intelectuais que se demonstravam mais “otimistas”, no que tange à mistura das raças, acreditavam no branqueamento como solução e redenção da nação. Ao mesmo tempo, esses “homens de ciência” necessitavam responder as classes dirigentes

apavoradas com a massa de libertos. A mestiçagem, para alguns intelectuais, era vista enquanto positiva; para outros, era a responsável pelo atraso brasileiro. A respeito da influência do racismo no pensamento desses homens, nos diz Munanga: “o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação ocidental repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira” (2004, p. 53). As contradições são encontradas nos pensamentos desses homens: se em um determinado período as mazelas sociais são dadas em função da miscigenação, no outro, é o meio que não contribuiu para a formação de um povo forte, sadio e civilizado.

O branqueamento foi uma das vertentes ideológicas assumidas pelo racismo da *belle époque*. Ele, em vários momentos se confundiu com a própria ideologia racial da elite brasileira. E como lhes conferiu estatuto científico, ocultava-se o racismo antinegro que trazia na sua essência. O diagnóstico do branqueamento legitimava as políticas públicas de desamparo e exclusão social da população negra (DOMINGUES, 2004, p.254).

O processo de branqueamento da sociedade brasileira ocorreria por meio de uma política de Estado voltada para imigração das raças consideradas superiores: a raça branca europeia objetivando a realização de uma limpeza étnica⁵. A mistura do elemento branco (superior) com o negro (inferior) resultaria na produção de um “tipo étnico brasileiro” (MUNANGA, 2004, p. 55), que eliminaria totalmente a raça negra, a responsável pela degenerescência da nação brasileira.

1.2 Os intelectuais otimistas e posituação do caldeirão das raças: Silvio Romero e João Baptista de Lacerda

Sílvio Romero (1851-1914), sergipano, formado em direito pela Escola de Recife, acreditava em futuro promissor para a sociedade brasileira e reconhecia que a mestiçagem estava no centro da história do país, afirmando que:

Sobre a questão étnica entre nós, minhas observações levam às seguintes conclusões: 1º o povo brasileiro não corresponde a uma raça

⁵ Um exemplo concreto dessas políticas pode ser verificado no trabalho de Rosimary Paula Ferreira Vargas. “Análise psicossocial da identidade pomerana e seus lugares de memória no Espírito Santo”: um olhar sobre o museu de Santa Maria de Jetibá. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Relações Etnicorraciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

determinada e única; 2º é um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado (ROMERO, 2001, p.120).

Adepto das teorias darwinistas e evolucionistas, Romero acreditava no branqueamento enquanto solução biológica para o “problema negro”: “O elemento branco tende em todo caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia, que promete continuar” (ROMERO, 2001 p. 120).

Para o autor, a “regeneração racial” pela via da mestiçagem deveria ocorrer com uma intervenção do Estado Brasileiro no direcionamento da imigração das raças consideradas superiores (brancos, do norte da Europa).

Na formulação da sua tese da “mestiçagem branqueadora, Romero parece combinar fundamentalmente três ingredientes, quais sejam: uma variação da teoria dos híbridos do antropólogo francês Paul Broca (1824-1880); a aplicação dos princípios da seleção natural e da sobrevivência dos mais aptos, conforme a leitura social darwinista de Ernst Haeckel (1834-1919); e o determinismo geográfico físico de Thomas Buckle (1821-1862), que via uma correlação direta e necessária entre fatores climáticos e de solo e as possibilidades do desenvolvimento de uma nação (COSTA, 2006, p. 54).

A citação acima nos mostra as diferentes vozes e discursos que influenciaram o pensamento de Romero, para quem, além do fator biológico da miscigenação, era importante uma “miscigenação cultural”.

Se na defesa da *mestiçagem biológica* voltada para o branqueamento Romero repete as teses do racismo biológico, suas reflexões acerca da *mestiçagem cultural* parecem conter, estas sim, originalidade. Trata-se admissão da cultura brasileira como sincrética, produto das influências daqueles que se considera os três grupos fundadores da nação (Ibid., p. 56).

No pensamento de Romero, as três raças fundadoras do Brasil (branca, negra e índia) poderiam fornecer ao país “uma feição própria e original” como nos diz Munanga (2004, p. 55). Ele acreditava no nascimento de um novo povo tipicamente brasileiro, que resultaria da mestiçagem entre as três raças, enquanto a miscigenação cultural se daria pela predominância da cultura branca, considerada superior, sobre a negra, inferior.

João Baptista de Lacerda (1846-1915), nascido na cidade de Campos dos Goitacazes, no Estado do Rio de Janeiro, médico-antropólogo, foi diretor do Museu Nacional, cargo que ocupou de 1895 até sua morte. Lacerda foi enviado como delegado brasileiro, pelo presidente Hermes da Fonseca, ao 1º Congresso Universal das Raças, realizado na Universidade de Londres, em 1911. “Médico-Antropólogo”, nas palavras da historiadora Mariza Correa (1998), é considerado um dos pioneiros nos estudos antropológicos no Brasil. Organizou o primeiro curso de antropologia física no Brasil em 1877, realizado no Museu Nacional, (CASTRO-FARIA, 1952, p. 8) e desenvolveu importantes pesquisas relacionadas aos botocudos e à formação do homem primitivo brasileiro, fato que explica a sua convocação para integrar a delegação brasileira ao lado do jovem cientista, na época, Edgar Roquette-Pinto (1884-1954).

O Primeiro Congresso Universal das Raças, “First Universal Races Congress”, foi realizado na Universidade de Londres e ocorreu entre os dias 26 a 28 de julho de 1911. O Brasil foi a única nação latino-americana convidada a participar do evento, porque, segundo Lilia Moritz Schwarcz:

Naquele momento o país era conhecido como um “laboratório racial”; sobretudo pelos viajantes europeus e norte-americanos que por aqui estiveram em busca do espetáculo da natureza e dos homens. O Brasil servia como um exemplo do cruzamento extremado de raças, algo que, no período, era visto como extremamente negativo: representávamos um exemplo de degeneração obtida, pelo efeito perverso da mistura de raças (SCHWARCZ, 2011, p. 226).

A participação de João Baptista de Lacerda no papel de correspondente de várias instituições científicas internacionais, como a Sociedade de Antropologia de Paris (CASTRO-FARIA, 1952), por exemplo, dava legitimidade à participação brasileira no congresso.

Os objetivos do congresso eram de propósitos científicos e humanitários, entretanto o historiador Vanderlei Sebastião de Souza nos alerta que: “na prática o que estava em questão eram os conflitos raciais em diversas partes do mundo e a própria sobrevivência do sistema colonialista” (SOUZA, 2012, p. 747).

Seguem as palavras de Lacerda, no que tange aos objetivos do evento, descritas no relatório do congresso apresentado ao Ministério da Agricultura em 1912: “Os brancos, cuja consciência desperta com a ideia do dever, convidam os negros e os

amarelos, seus irmãos, a estreitar os liames da amizade, a fundar eles a confiança e auxílio mútuo” (LACERDA, 1912 apud SEIFERTH, 1985, p. 82).

Entendemos que essa consciência do dever dos brancos delineia bem o caráter imperialista do congresso e sugere a tutela das raças não brancas em nome da civilização.

A Lacerda coube apresentar a comunicação “Sobre os Mestiços do Brasil” na qual explicitava a teoria do branqueamento, como forma de resolver os conflitos e a questão racial brasileira, ao mesmo tempo em que advogava a favor do Estado brasileiro, que, com uma política imigratória voltada às raças superiores, atingiria o status de civilização aos moldes da Europa, com a intenção de, após um século, no ano de 2012, extinguir a raça negra.

O branqueamento não é novo na sociedade brasileira, mas foi com Lacerda que ele obteve legitimidade científica.⁶ Afirma o autor que o branqueamento se daria através da miscigenação na direção do “tipo certo”, ou seja, uma mistura racial voltada para as raças brancas consideradas superiores.

Em sua comunicação, apresentou o quadro abaixo, “A redenção de Cam”, do pintor espanhol radicado no Brasil, Modesto Brocos (1852-1936) para legitimar sua teoria.



⁶ Sobre a historicidade do branqueamento na história brasileira, ver: HOFBAUER, ANDRÉAS. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Figura 1: A redenção de Cam

Localização: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

Na legenda da tela: “o negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento das raças” (LACERDA apud SCHWARCZ, 2011, p. 228), Lacerda discorre sobre o processo de branqueamento que estava em curso na sociedade brasileira. A legenda descrita por ele se deve à postura das pessoas em tela: uma mulher mestiça, ao centro, segurando uma criança fenotipicamente branca, ao lado de um homem branco e de uma senhora negra.

O marido é branco, seus ancestrais são dispensáveis. Ele não precisa legitimar a cor da sua pele; o que importa é a aparência, não os seus ancestrais, uma vez que a suposição básica do branqueamento é a da superioridade dos genes brancos. A velha negra, na realidade parece estar agradecendo pelo fato de sua filha ter “limpado a raça”- eis o significado popular do branqueamento: ela é negra, mas seu neto é branco (SEYFERTH, 1985, p. 87).

A preocupação de Lacerda consiste em demonstrar a viabilidade do branqueamento, fundamentando-o a partir do conhecimento antropológico sobre a evolução da humanidade e sobre o “determinismo racial”.

Abordaremos a seguir o pessimismo de Nina Rodrigues, no que concerne à mestiçagem degenerativa, e os caminhos pensados por ele para que o Brasil superasse o “atraso”.

1.3 A condenação da mestiçagem em Nina Rodrigues

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico-antropólogo, maranhense, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Pertence ao grupo dos “pessimistas”, dado que não via com bons olhos a miscigenação. Sua principal obra foi publicada no ano de 1894, intitulada “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, e reflete seu pessimismo com o branqueamento da população brasileira: “uma adaptação imposta e forçada de espíritos atrasados a uma civilização superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas”. (NINA RODRIGUES apud MUNANGA, 2004, p. 57). O atavismo constitui seu principal argumento para se opor à mistura das raças, visto que o produto dessa mistura absorveria as características degenerativas da raça inferior. A institucionalização e a legislação da diferença são o

único caminho que Nina oferece para responder à dificuldade de construção de uma única identidade nacional. Conforme Munanga, caso as elites dirigentes tivessem adotado as ideias de Nina Rodrigues, talvez o Brasil tivesse construído uma espécie de *apartheid* (MUNANGA, 2004. p. 60).

Na percepção de Nina Rodrigues, as características raciais inatas afetam o comportamento social, por isso precisam ser levadas em conta pelos legisladores e autoridades policiais. Conseqüentemente, aos negros e aos índios deveria ser atribuída uma responsabilidade penal atenuada e aplicada a um código penal diferente daquele da raça branca, vista como superior.

Nina vai operar uma classificação, dividindo todos os mestiços em três categoriais: o mestiço tipo superior, inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial, e totalmente irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro a quem se poderia atribuir apenas a responsabilidade atenuada (MUNANGA,2004, p.60).

O que o autor faz nada mais é do que contrariar a maioria da elite, que acreditava na miscigenação do “tipo certo”, que levaria ao branqueamento e conseqüentemente à salvação da nação brasileira.

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Silvio Romero. Não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira (RODRIGUES apud MUNANGA, 2014, p. 61).

Embora discordasse de Silvio Romero em relação à mestiçagem branqueadora, Nina também problematizava a questão da cultura: “capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-las ou compensá-las, valor sociológico e social do mestiço ário-africano” (RODRIGUES apud CORREA, 1998, p. 59).

Na próxima seção, faremos uma exposição ao pensamento de Euclides da Cunha, no que tange à formação da identidade nacional brasileira, que terá como características operar duplamente nas dimensões do meio e da raça.

Abordaremos agora o pensamento de Euclides da Cunha diante da realidade nacional.

1.4 O meio e a raça como operadores no pensamento de Euclides da Cunha

Euclides Rodrigues da Cunha (1866-1909), natural da cidade de Cantagalo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em sua principal obra, *Os Sertões*, publicado em 1902, apresenta artigos do período em que atuou como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, durante a Guerra de Canudos (1896-1897) ocorrida no interior da Bahia. Encontramos, no primeiro capítulo de *Os Sertões*, referente ao homem brasileiro, os discursos darwinistas em suas análises a respeito da formação do povo brasileiro: “é que, evidentemente, não basta, para nosso caso, que postos uns diante dos outros o negro, o banto, o indo-guarani e o branco, apliquemos ao conjunto a lei antropológica de Broca. Esta é abstrata e irreduzível” (CUNHA, 1999, p.62). A teoria de Broca, sobre os híbridos, não vê a mistura das raças como responsável pela degenerescência⁷. Já Euclides da Cunha interpreta a teoria como falha, quando aplicada à realidade nacional, visto que não diz quais os reagentes que podem atenuar o influxo da raça mais forte.

Como dissemos anteriormente, os intelectuais nacionais adaptavam as teorias racialistas de matriz europeia à realidade nacional, e Euclides da Cunha não fugiu à regra.

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez nunca. Predestinamo-nos a formação de uma raça história em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados a civilização (CUNHA, 1999, p.64) .

Ao contrário de Silvio Romero, que acreditava no homem brasileiro como tipo racial único, Euclides compreendia a sociedade brasileira como forma heterogênea, ou seja, formada por sub-raças que foram geradas a partir das raças fundadoras: negra, índia e lusa.

Todavia, no pensamento de Euclides da Cunha, o mestiço, resultado da mistura de raças, é, na maioria das vezes, um “desequilibrado, um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores”

⁷ Na bibliografia consultado não encontrei a teoria dos híbridos de Paul Broca. Coloco minha interpretação a respeito da mesma.

(MUNANGA, 2004, p. 62).

Euclides da Cunha coloca em evidência a cidade de Canudos, no interior da Bahia, onde formou-se uma guerra entre 1896-1897, entre a população local, sertaneja e as tropas do governo republicano. As tropas federais precisaram de quatro expedições para derrotar os revoltosos, o que chamou atenção do escritor com relação à força do sertanejo do interior. Canudos formou uma comunidade biológica, culturalmente homogênea e uniforme. Biologicamente é uma raça resultante dos cruzamentos entre lusos e índios (os curibocas e os cafusos). Culturalmente porque foi submetida às mesmas condições geográficas e históricas.

No pensamento de Euclides, o Brasil não pode ser considerado como um povo, uma nação, porque é etnologicamente indefinido por falta de tradições nacionais uniformes. [...]. Embora simpatizasse com os insurgentes de Canudos e condenasse, no plano administrativo e militar, os tratamentos que lhe foram infligidos, em outro plano ele os condenava, ao atribuir a rebelião, em grande parte, à instabilidade emocional e especialmente a personalidade atávica de Antônio Conselheiro (MUNANGA, 2004, p. 63).

O atavismo a que Euclides da Cunha se refere é inspirado no pensamento de Nina Rodrigues, para quem a mestiçagem de raças superiores e inferiores apaga as qualidades das primeiras e faz reaparecer as características negativas das últimas.

Munanga (2004) nos alerta para a contradição existente no pensamento de Euclides da Cunha. Se por um lado, não acreditava na formação de uma única raça, por outro acreditava na ideia de que o sertanejo é a rocha viva da nacionalidade.

Desse modo, enquanto Silvio Romero e Lacerda acreditavam na imigração das raças superiores com solução para o problema nacional, o sertanejo, na visão de Euclides da Cunha, se constituiu em uma raça autêntica, superior, em função do isolamento das raças encontradas no litoral.

Passamos agora ao pensamento de Alberto Torres e Manuel Bonfim, intelectuais que, ao contrário dos citados anteriormente, não partilhavam da visão de ser a raça a causadora dos problemas nacionais.

1.5 O antirracismo de Alberto Torres e Manuel Bonfim

A miscigenação era eixo central na discussão sobre a modernização do país, relacionada, sobretudo à identidade nacional. Entretanto, como identificamos, o campo não era homogêneo. Existiam também os intelectuais que não partilhavam das ideias deterministas biológicas que compunham o racismo científico, e temos em Alberto Torres e Manoel Bomfim intelectuais que compõem esse grupo, podendo ser considerados como precursores de um pensamento antirracista.

Alberto Torres (1865-1917), nascido em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, foi político, jornalista e bacharel em direito. Suas principais obras são: *O Problema Nacional Brasileiro* (1911) e *A Organização Nacional* (1914), ambas constituídas de artigos publicados em jornais da época. Torres não via a mistura das raças como um problema nacional, ao contrário, mostrava-se bastante otimista:

O problema das raças, como problema de seleção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência do outro. Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas, habitantes do nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça (TORRES, 1978, p. 69).

O grande problema nacional para Alberto Torres era a “inadequação entre a realidade do país e as instituições tomadas de empréstimos das nações antigas, o que resulta na alienação da realidade nacional” (MUNANGA, 2004, p. 66).

Skidmore também interpreta o pensamento de Torres e conclui que:

A natureza do problema brasileiro podia ser vista, primeiramente, na exploração do país por estrangeiros, cuja ganância estava levando a exaustão dos recursos naturais num ritmo alarmante; depois, na crescente dominação dos setores dinâmicos da economia por investidores e administradores estrangeiros; e por fim, no sistemático descaso em relação à população nacional, enquanto os imigrantes estrangeiros contavam com privilégios (SKIDMORE, 2012, p. 179).

Manoel Bomfim (1868-1932), sergipano, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ao lado de Alberto Torres, constituiu uma oposição ao racialismo científico. Como Torres, também era um crítico fervoroso da República omissa à situação dos ex-escravizados, depois da abolição e acusava r os latino-

americanos de copiarem indiscriminadamente instituições alienígenas, principalmente na política. Dentre suas principais obras publicadas, “Américas Latina: Males de Origem” (1903) foi a pioneira e nela já encontramos alternativas de solução ao problema nacional. Bomfim recomendava o aumento do ensino e a diversificação da economia como saída:

Apesar de séculos de parasitismo, os latino-americanos ainda tinham como superar seu atraso, e para isso seria apenas preciso corrigir, educar ou eliminar os elementos degenerados. A real inferioridade da América Latina residia em sua falta de instrução e educação. Mas isso é curável, facilmente curável (BOMFIM apud SKIDMORE, 2012, p. 176).

Apesar das influências das teorias evolucionistas em seus pensamentos, tanto Alberto Torre, quanto Manuel Bonfim, negavam a degenerescência da mestiçagem.

Dialogamos agora com Oliveira Vianna, outro importante intelectual no debate a respeito da identidade nacional e formação do Estado Brasileiro.

1.6 A questão nacional em Oliveira Vianna

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), natural de Saquarema no Estado do Rio de Janeiro, foi jurista, historiador, professor e sociólogo. Um dos intelectuais mais envolvidos com a questão racial brasileira e um dos mais estudados pela historiografia, ao lado de Renato Khel, é um dos principais nomes relacionados à eugenia no Brasil. Vianna preocupava-se também com a questão nacional e com o futuro do Brasil. Suas principais obras, onde expôs suas ideias, foram *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do povo brasileiro* (1923) e *Raça e Assimilação* (1932).

O pensamento do autor também é caracterizado pela influência do darwinismo social, de uma posituação na mistura das raças e crença no branqueamento, amparado por uma política imigratória voltada para as raças superiores, enquanto remédio para o diagnóstico brasileiro, considerado feio e atrasado. Da mesma forma que Euclides da Cunha, Vianna opera nas suas pesquisas com binômio meio e raça.

Oliveira Vianna estuda em detalhe a distribuição dos diversos grupos raciais que constituem a população brasileira, mostrando, através de

projeções demográficas, que o branqueamento paulatino da população era fato iniludível, assentes em dois processos combinado, a saber: a imigração e a tendência dos imigrantes e seus descendentes de casarem-se com brasileiros, de um lado, e a fecundidade maior dos brancos por outro (COSTA, 2006, p. 59).

A preocupação do intelectual é com os mestiços, que em seu pensamento: “são produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial.” (MUNANGA, 2004, p. 71).

O intelectual partia da ideia de que existia uma diversidade entre as nações negras trazidas para o Brasil do ponto de vista somático e psicológico, comparável aos brancos. Segundo Hofbauer (2006, p. 243), Vianna recusava-se a acreditar que vários dos grandes reinos africanos históricos tivessem sido produtos da “raça negra” e declara simplesmente que os fulas, os hauçás, os nubas e outros grupos não são “negros puros” porque tiveram seu sangue misturado com povos semitas.

Sua obra *Raça e Assimilação*, enfatiza seu questionamento a respeito da pureza da raça negra:

o negro puro [...] não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações; para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam sua pureza (VIANNA, 1932 apud HOFBAUER, 2006, p. 243).

O cruzamento entre elementos das nações africanas e os lusos deu também origem a uma variedade correspondente de mestiços, “o que torna absurda a procura da unidade psicológica do mulato e a fixação de sua unidade antropológica” (MUNANGA, 2004, p. 73).

O mulato como tipo único, tal como o branco, ou o negro, é uma pura abstração; não tem realidade objetiva [...]. Toda tentativa, que procure reduzir a incontrolável variedade de mulatos a um só tipo somático-psicológico, há de falhar forçosamente. Cada um desses mulatos reflete: em parte a índole do tipo negro, de que provêm; em parte a do luso; mas tudo subordinado ação das seleções étnicas e dos atavismos, que variam ao infinito no produto as tendências hereditárias de cada elemento formador (VIANNA apud MUNANGA, 2004, p. 74).

A partir dessa citação, podemos compreender que da mesma forma que Euclides da Cunha, Oliveira Vianna também não acreditava no mestiço enquanto tipo único. Para

ele existiam dois tipos: o mestiço superior e o mestiço inferior. O primeiro, resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior, é um mestiço “incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade”. O segundo, produto do cruzamento entre branco e negro do tipo superior, “é ariano pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos suscetível de arianização” (MUNANGA, 2004, p. 74), logo, capaz de colaborar com os brancos na organização e civilização do país.

Da mesma forma que Nina Rodrigues, Vianna também acreditava na lei antropológica do atavismo, que faz com que os indivíduos resultantes da mestiçagem tendam a retomar as características físicas, morais e intelectuais das raças originais. Contudo, apesar da crença no atavismo, aposta no processo de arianização, como o autor chamava o branqueamento da sociedade brasileira.

Seu raciocínio é o seguinte: sob influência regressiva dos atavismos étnicos, uma parte dos mestiços (supostamente inferior) será eliminada pela degenerescência, ou pela morte, pela miséria e pela moral e física. Uma outra parte (supostamente superior), porém minoria, está sujeita em virtude de seleções favoráveis, a apuramentos sucessivos que levarão a, após quatro ou cinco gerações, a perder seus sangues inferiores e clarificar-se cada vez mais (Ibid. p. 76).

Os mestiços superiores e inferiores, classificações adotadas por Vianna, devem ser compreendidos através das características fenotípicas: quanto mais próximas ao branco, serão superiores; mais distante, classificados como mestiços inferiores.

Outro ponto interessante no pensamento do estudioso que trazemos para essa exposição diz respeito à harmonização entre as raças no Brasil, ao contrário dos problemas e conflitos com os quais enfrentavam os Estados Unidos.

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade entre os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todo tem aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Franqueado a todos os vários campos de trabalho, desde a lavra da terra, as mais altas profissões (VIANNA, 1932 apud MUNANGA, 2004, p. 78).

Oliveira Vianna, ao contrário de Lacerda, que se limitava a explicar o processo de branqueamento por meio da dimensão biológica, acrescenta uma dimensão sociológica, operando em seu pensamento não só com a raça, mas também com o meio.

Para legitimar seu discurso na crença na arianização do Brasil, Vianna recorreu às estatísticas dos recenseamentos da população:

Da interpretação tendenciosa dessas estatísticas, ele chega a conclusão de que em 20 anos (de 1872 a 1890), a população branca havia duplicado seu número passando de 3.818.403 a 6.302.198, enquanto os mestiços tiveram um crescimento relativamente pequeno, variando de 3.833.015 e 4.638.495, e que o negro oscilando entre 1.1970.509 e 2.097.427, quase não se desenvolveu (MUNANGA, 2004, p. 80).

Vianna não explica sociologicamente porque a população negra, índia e mestiça decresce. Sua leitura das estatísticas demográficas “é ideológica e politicamente orientada” (Ibid., p. 81), pois seu desejo é atender aos interesses das elites em ver um Brasil branco. As condições de vida dos escravizados e de seus descendentes, o fim do tráfico negreiro e a imigração europeia em grande escala são transformados em Vianna em superioridade natural da fecundidade da raça branca e em sua maior capacidade de sobrevivência na luta pela vida.

O autor passa a ser visto como uma autoridade intelectual quando o assunto é a formação racial brasileira, sendo constantemente citado pelos deputados constituintes nas reuniões de trabalho da ANC 1933-34 quando o tema era a imigração e a questão racial brasileira. De acordo com o historiador Ricardo Augusto dos Santos, Vianna também fora “membro da subcomissão do Itamaraty que redigiu um projeto para a ANC 1933-34, foi também o coordenador da comissão de especialistas em eugenia e imigração, criada no segundo semestre de 1934, encarregada por Vargas de regulamentar a lei de seleção dos imigrantes” (SANTOS, 2015, p. 69).

Passamos agora a analisar o pensamento de Gilberto Freyre e o deslocamento que a categoria raça sofreu, a partir dos anos de 1930, de uma dimensão biológica para uma cultural.

1.7 O culturalismo de Gilberto Freyre na década de 1930

Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), natural de Recife, também como os demais intelectuais abordados neste capítulo, é um nome importante para pensarmos as ciências sociais brasileiras, em particular o nosso pensamento social brasileiro. Dentre sua vasta produção, *Casa-Grande e Senzala* (1933), e *Sobrados e Mocambos* (1936),

foram as que mais influenciaram as discussões a respeito da formação da identidade nacional. A principal característica das obras de Freyre é o destaque ao binômio senhor/escravo como eixo fundamental na formação da sociedade brasileira. Andreas Hofbauer, a respeito da obra freyriana, nos diz que esta

aproxima-se frequentemente mais de um relato literário repleto de considerações pessoais e de frases de efeito, do que um tratado científico comprometido com a elaboração de cadeias argumentativas lógicas, amparadas na aplicação coerente de pressupostos teóricos na análise de dados empíricos (HOFBAUER, 2006, p. 247).

Casa-Grande e Senzala, obra pioneira de Gilberto Freyre, de acordo com Santos:

trata-se de uma interpretação da sociedade patriarcal brasileira como uma estrutura de poder associada a uma mútua fertilização dos sistemas culturais do negro escravo e do senhor branco, uma troca de conhecimentos técnicos, a um contínuo processo de interpenetração entre as raças, amolecida pelo “óleo lubrificante da profunda miscigenação (CASTRO SANTOS, 2003, p. 7).

A miscigenação também é a questão central no trabalho de Freyre, que busca retratar o elo cultural entre os dois mundos: o da casa-grande (branco) e o da senzala (negro), que, acrescentados também à cultura indígena, fundiram-se, dando origem a uma “cultura brasileira”.

Ao destacar as diferentes contribuições positivas das três raças/culturas fundadoras e ao descrever a “casa-grande” e a “senzala” como instituições complementares (“dualismos complementares”) dentro de um projeto maior, Freyre não apenas recria e solidifica concepções essenciais da noção clássica de cultura (presente no culturalismo, mas também no funcionalismo e estruturalismo), mas fundamenta implicitamente, também a famosa ideia da democracia racial (HOFBAUER, 2006, p. 249).

Freyre compreende que existe uma diferença entre a escravidão norte-americana e a brasileira. Diferente da escravidão norte-americana, compreendida como mais violenta, fato que resultou em conflitos raciais, a brasileira teria sido mais branda, em função das relações cordiais estabelecidas entre a casa-grande e a senzala. A inexistência de racismo constituiu a base da democracia racial brasileira.⁸

⁸ O termo “democracia racial” não fora cunhado por Freyre. Ver GUIMARÃES (2002).

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem como consequência a ideia harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos. Permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA,2004, p.89).

Essa democracia racial encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem na qualidade de brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais, que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria.

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre profundas mudanças; o processo de urbanização e industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve e surge um proletariado urbano.

As teorias racialistas tornam-se obsoletas, e não dão mais conta de explicar a realidade nacional, em face da nova conjuntura e, de acordo, com Ortiz: “o trabalho de Freyre vem para atender a esta demanda social”.

A partir da década de 1930, ocorre uma mutação no conceito de raça para o de cultura.

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas a operação que Gilberto Freyre realiza em Casa-Grande e Senzala vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada (ORTIZ, 1984, p. 41).

A ambiguidade da mestiçagem pelos intelectuais do século XIX e primeiras décadas do XX não podia resistir mais ao processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro, por haver se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico social do país. Nos anos 1930, procura-se transformar radicalmente o conceito de homem brasileiro. Qualidades como preguiça e indolência, consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas, como define Ortiz (1984, p. 42), por uma “ideologia do trabalho”. Ou seja, o discurso mudou com a conjuntura. Era

necessário desenvolver o capitalismo no Brasil, implementar indústrias de base e, desse modo, o discurso do brasileiro encarnando um homem fraco, doente e preguiçoso não cabia mais naquele momento.

2. O discurso eugenista nas reuniões de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte 1933-34

No presente capítulo, abordamos um breve histórico sobre o movimento eugenista e os principais trabalhos historiográficos publicados a seu respeito. Precisamos compreender de que modo se construiu e se materializou o discurso eugenista, visto que este possuía vários fronts de atuação, nas questões relacionadas ao saneamento, higiene, saúde, imigração, educação e matrimônio. Para isso, falaremos sobre o pensamento sanitaria na Primeira República e o contexto histórico que deu origem à Assembleia Nacional Constituinte de 1932/1933.

2.1 O pensamento sanitaria na Primeira República

O sanitarismo, compreendido como “movimento político formado por médicos, educadores, políticos, escritores e advogados” (SANTOS, 2012, p. 58), também buscava responder aos anseios das classes dirigentes quanto à falta de modernização e civilização da sociedade brasileira. Os intelectuais adeptos da ideologia sanitaria não partilhavam das teses racialistas que condenavam a mistura das raças, uma vez que, para eles, o problema nacional era compreendido de forma mais abrangente, sendo as doenças, a falta de higiene e de saneamento suas principais causas, devendo o Estado, omisso, atacar com políticas públicas. Desse modo, os intelectuais da campanha do saneamento rural aproximaram-se de uma tendência de crítica às teses de determinismo racial, que se tornou mais visível com o debate sobre a afirmação da nacionalidade brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (LIMA, 1996, p. 27).

José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), paulista, escritor, constituiu um intelectual bastante interessante para analisarmos. Influenciado pelas teorias racialistas científicas, em 1918 publicou *Urupês* uma obra composta por 14 contos, onde o personagem Jeca Tatu, um homem do campo paulista, caboclo, representava a degenerescência nacional.

Em dois artigos publicados no *Estado de São Paulo*, em 1914, Lobato defende

ser o caboclo a principal praga nacional e o descreve com palavras fortes: “funesto parasita da terra, (...) homem balaio, inadaptável à civilização”. (LOBATO apud LIMA, 1999, p. 28).

Entretanto, é preciso compreender o contexto no qual o Jeca Tatu está inserido, pois a republicação do retrato do Jeca Tatu traçado por Monteiro Lobato ocorreu num momento em que o Brasil estava mergulhado num debate sobre as verdadeiras causas do atraso no interior (SKIDMORE, 2012).

No mesmo ano da publicação da coletânea de contos, 1918, foi reeditado o relatório da expedição científica realizada pelos médicos Belisário Pena e Arthur Neiva no ano de 1912 pelos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. A viagem tinha por objetivo investigar as condições sanitárias de várias regiões do Brasil, para que se pudesse descobrir as causas dos problemas nacionais.

O trabalho de Belisário Pena e Arthur Neiva permitiu às elites urbanas uma visão contundente das condições médico-sanitárias e sociais no grande sertão. O relatório apresenta um quadro social dos sertões a maneira de Euclides: os autores confrontamos problemas sociais como se estivessem à procura de doenças em um organismo social, estabelecendo causas e observando os sintomas (SANTOS, 2003, p. 223).

A já citada obra *Os Sertões* é vista como marco crucial de referência para esses intelectuais da campanha do saneamento “que ao mesmo tema do isolamento do sertanejo sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono-responsabilizando enfaticamente as elites intelectuais e políticas por essa situação” (LIMA, 1999, p. 29).

A imagem do caboclo como praga nacional, inadaptável à civilização, vai sendo alterada através do contato de Lobato com os líderes da campanha do saneamento do Brasil, Pena e Neiva.

As razões para essa mudança podem ser, ao menos em parte, explicadas pela imagem do Brasil e do povo brasileiro construída pela campanha do saneamento. Opondo-se ao ufanismo e ao determinismo racial fatalista, e qualificando como científica a natureza de sua proposta, seus participantes divulgaram uma nova explicação para as origens dos “males do Brasil” (Ibid., p. 29).

Problema Vital foi uma obra publicada por Monteiro Lobato, em 1918, por iniciativa da Liga Pró-Saneamento do Brasil⁹ e pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Reunia os escritos publicados no Estado de São Paulo e uma das principais características dessa obra é dada pela redenção do Jeca Tatu e pela difusão dos ideais sanitaristas. Como nos diz Lobato (2010, p. 59) “Sanear é a grande questão. Não há problema nacional que não entrose nesse. Só a alta crescente do índice da saúde coletiva trará a solução do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político”.

Como dito, consideramos Lobato um intelectual interessante para analisarmos, dada a metamorfose de seu pensamento transferida no efeito civilizatório do Jeca Tatu. Como podemos ver nos fragmentos abaixo retirados de *Problema Vital*:

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e xucro, resolveu examiná-lo.
 - Amigo Jeca, o que você tem é doença.
 - Pode ser. Sinto uma canseira sem-fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.
 - Isso mesmo, você sofre de ancilostomíase. (LOBATO, 2010, p. 104)

Após a descoberta do problema:

O doutor receitou-lhe o remédio adequado e depois disse:
 - E trate de comprar um par de botinas e nunca mais ande descalço e nem beba pinga, ouviu?
 - Ouvi, sim, senhor! (Ibid., p. 105)

Seguindo as recomendações médicas, eis a metamorfose do Jeca Tatu:

A preguiça desapareceu. (...) Jeca, cheio de coragem, botou abaixo um capoeirão para fazer uma roça de três alqueires. E plantou eucaliptos nas terras que não se prestavam para a cultura. E consertou todos os buracos da casa. E fez um chiqueiro para os porcos. E um galinheiro para as aves. O homem não parava, vivia a trabalhar com fúria que espantou até seu vizinho italiano. (Ibid., p. 106)

O Jeca Tatu, um degenerado, condenado pela raça, foi absolvido pela medicina.

⁹ Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento, não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Transformou-se num grande trabalhador, opondo-se às teorias que classificavam o mestiço enquanto preguiçoso e indolente. A metamorfose do Jeca é o reflexo da mudança no pensamento de Lobato, que passou a ser atravessado pelo discurso sanitarista. A ancilostomíase, doença que atingia o Jeca e boa parte da população rural do Brasil, foi descoberta e divulgada por Arthur Neiva e Belisário Penna no relatório de 1912, após a expedição pelos sertões do Brasil.

Retomando a discussão a respeito da identidade nacional, da miscigenação, o debate que visava responder à pergunta: “que país é esse?”, surgida na transição do Império para a República, é bastante complexo e dele fizeram parte vários grupos sociais heterogêneos (médicos, escritores, advogados, educadores). A luta travada por esses homens no campo intelectual objetivava acúmulo de capital simbólico e espaço no campo político.

Apesar de o determinismo racial ter sido negado pelos partidários do sanitarismo, a política imigratória voltada para o branqueamento da população negra e mestiça continuou a ser posta em prática pelas classes dirigentes.

2.2 O movimento eugênico brasileiro

O movimento eugenista brasileiro, influenciado pelas teorias racialistas, desenvolveu-se no início do século XX e se intensificou a partir dos anos 1920-30 com a criação de diversas associações, órgãos, ligas, congressos, que buscavam dar legitimidade às suas ideias. O campo intelectual, contudo, não era homogêneo. Existiam aqueles que consideravam ser o caldeirão das raças o responsável pelo atraso nacional, e os que divergiam de tais concepções e consideravam as doenças e a falta de saneamento como verdadeiros problemas a serem combatidos via ações do Estado. Divergências à parte, os intelectuais eugenistas possuíam interesses em comum, como a acumulação de capital social e lograr espaço no campo de poder (SANTOS, 2008).

No que tange à revisão da literatura a respeito do nosso objeto de pesquisa, ressaltamos que os trabalhos publicados a respeito sobre a eugenia, ou como preferimos chamar, movimento eugênico, constituem bons trabalhos. São caracterizados por análises específicas dentro da área de pesquisa e/ou disciplina com a qual o pesquisador está inserido.

O trabalho pioneiro referente ao nosso objeto de pesquisa data de 1975 e corresponde à dissertação produzida pelo historiador Flávio Venâncio Luizetto intitulada *Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934*. Luizetto centrou sua pesquisa nas manifestações de preconceito e racismo da qual foram alvos os negros e imigrantes durante os trabalhos realizados na ANC 1933-34. Os preconceitos emitidos durante os discursos e trabalhos da constituinte eram dados a partir de sentidos políticos e econômicos pelo qual as classes dominantes procuravam manter intacta a estrutura socioeconômica. Não pretendemos de forma alguma esgotar a pesquisa de Luizetto, ao contrário, visamos contribuir com o tratamento que foi dado às fontes com uma nova roupagem teórico-metodológica, a partir do que foi exposto na fundamentação teórico-metodológica.

Outra obra de grande relevância para a compreensão do movimento eugenista no Brasil foi escrita pela historiadora inglesa e professora da Universidade de Columbia (EUA) Nancy Stepan em 1990 e traduzida em 2004. No artigo “Eugenia no Brasil 1917-1940”, Stepan nos oferece um panorama histórico do que foi a entrada das ideias eugenistas no Brasil, suas ramificações em termos de aplicabilidade da teoria, e os principais intelectuais que se dispuseram a estudar a eugenia como política pública de Estado. No ano, ano seguinte, Stepan publicou seu livro *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*, traduzido pela editora Fiocruz em 2005, obra em que busca reconstruir a história do movimento eugenista latino-americano e parte da Argentina, México e Brasil para estudos de caso. Como nos diz a historiadora: “esta seleção permitiu-me explorar exemplos suficientes da América Latina para verificar se haveria algo semelhante a uma família latina de eugenia e individualizar alguns fatores que poderia estar vinculado a tal família” (STEPAN, 2005, p. 20).

A análise comparativa desenvolvida por Stepan em sua obra é explícita dentro da América Latina e implícita em relação à Europa e aos Estados Unidos. Os três países escolhidos eram os mais populosos da América Latina. Cada um deles, segundo Stepan:

tinha um interesse organizado na eugenia e todos estavam suficientemente envolvidos no mundo da ciência para construírem-se em usuários seletivos das ideias hereditárias e para adaptá-las aos interesses locais. Ao mesmo tempo, estes países eram suficientemente díspares- em estrutura social, composição e ideologia raciais,

desenvolvimento e políticas econômicas - para permitir interessantes comparações dentro do cenário latino-americano (Ibid., p.20).

Nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil era líder na América Latina em ciências biomédicas e saneamento, e foi o primeiro país a estabelecer uma sociedade eugênica. Em 1918, o médico Renato Kehl fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo.

A população brasileira era racialmente, mista, analfabeta e pobre, e quando surgiu a eugenia, a pequena inteligência do país, em grande parte europeia, há muito se preocupava com a identidade racial e a saúde da nação.

A noção de que o aprimoramento racial poderia ser conseguido cientificamente teve, portanto, considerável atrativo para os médicos e reformadores sociais. Nessas circunstâncias, havia um potencial extremista de raça-higiene; mas havia também espaço político para definições menos extremadas no sentido da eugenia para a nação (Ibid., p. 21).

Ainda na década de 1990, temos que ressaltar a dissertação de mestrado do historiador José Roberto Franco Reis, defendida em 1994 em História Social do Trabalho, pela Universidade Estadual de Campinas: *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental*. Reis nos apresenta os estudos de psiquiatria da liga sobre a imigração, sempre na perspectiva da regeneração nacional, ou seja, o branqueamento da sociedade brasileira e extinção da população negra. A respeito do saber psiquiátrico, seu objeto de estudo, o historiador discorre que “o objetivo era desqualificar biologicamente negros, índios e mulatos frente a figura do homem branco, de forma a justificar “cientificamente” todo um projeto político de exclusão social e dominação, que na prática era o que já ocorria.” (REIS, 1994, p. 133)

Dialogando com o psiquiatra Joel Birman, Reis (1994, p. 133), entendemos que “a situação provocada pela abolição da escravatura, na aurora do Estado republicano, possibilitou a constituição de um discurso médico voltado para a invalidação social dos negros e de recusa plena da sua condição de cidadania”. Foi preciso legitimar biologicamente a sua inferioridade e a sua posição socialmente subalterna, cabendo ao discurso psiquiátrico da degeneração a realização desse objetivo ideológico. A psiquiatria, assim como as demais ciências, fora influenciada pelos ideais

eugenistas e se constituiu como aporte de controle da seleção da entrada de imigrantes no Brasil.

Outro importante trabalho na década de 1990, que aborda o movimento eugenista é a tese de doutoramento em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Olívia Maria Gomes da Cunha, vencedora do prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 1999: *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942*. Cunha (1999, p. 28), sob uma perspectiva foucaultiana, buscou compreender as “implicações sociais e as dimensões simbólicas que envolveram as práticas de identificação” O discurso científico é eleito pela autora de modo a se diferenciar dos demais pesquisadores que o desconsiderava fora do seu contexto de produção em torno da política de identificação e conforme suas palavras,

Procurei entender como os discursos em torno da cientificação dos mecanismos de identificação criminal estiveram intimamente ligados a determinadas concepções que uma série de atores que se debruçaram sobre o tema tinham a respeito da sociedade e indivíduos (CUNHA, 1999, p. 31).

O discurso da eugenia era o responsável pela concepção de que alguns atores sociais tinham a respeito da formação da identidade da população brasileira. Cunha (1999, p. 238) se apropria do conceito de “formação estratégica” - o estabelecimento de um campo comum de observação/atuação que envolveu um modo particular de apreensão de um mesmo objeto, de Edward Said, para analisar o vínculo entre a antropologia, medicina e criminologia, durante a década de 1920, até o início dos anos 1930. Segundo a autora, o uso dessa noção nos permite entender como um consórcio entre autoridade intelectual/ institucional e saber científico permitiu a construção de um território passíveis de várias formatações.

Fábio Koifman, em *O Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada dos imigrantes no Brasil 1941-1945* (2012), livro que corresponde a publicação de sua tese de doutoramento (2007), nos demonstra o quanto as ideias divulgadas pelos intelectuais eugenistas faziam parte da agenda pública durante o controle da entrada de estrangeiros no Brasil. Koifman indica o quanto os ideais eugenistas estavam presentes nas decisões tomadas pelo Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI)

conforme podemos ver na citação abaixo relacionada ao Decreto-lei 3.010 (20/08/1938):

Art. 65. O funcionário encarregado de proceder ao selecionamento usará de critério rigoroso a fim de evitar prejuízo ao interesse nacional no que diz respeito a assimilação étnica e a segurança econômica, política e social.

Parágrafo único. Essa apreciação fundar-se-á:

a) no exame das condições individuais, do *valor eugênico*, das qualidades físicas e morais. (DECRETO-LEI 3.010, 1938 apud KOIFMAN, 2012, p. 85).

A originalidade de sua tese de doutorado se dá pela personagem enfocada em sua pesquisa: Ernani Rei, o porteiro do Brasil, um burocrata, secretário do MJNI, de onde partiam as principais decisões a respeito da entrada de imigrantes, da mesma forma que um porteiro a quem cabe abrir ou fechar determinadas portas.

No mesmo ano do doutoramento de Koifman, 2007, Endrica Geraldo defendeu também seu doutorado com a tese O “perigo alienígena”: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas 1930-1945, na UNICAMP. A autora tece análises quanto ao papel do Estado e de seus agentes sociais diante da política imigratória.

Estabelecemos um grande e importante diálogo com o trabalho de Endrica, mas nos diferenciamos quanto à abordagem, visto que o enfoque das nossas análises leva em conta uma perspectiva discursiva.

A pesquisa de Endrica, como as demais citadas, trabalha a partir da abordagem da análise do conteúdo, comum entre os historiadores no tratamento as suas fontes. Optamos por outra perspectiva por entender que a análise do conteúdo não dá conta a materialidade das fontes e discursos, ao privilegiar o que essas fontes têm a dizer e não as suas condições de produção e sua materialização enquanto práticas de intervenção na sociedade.

Considerando os referenciais abordados, é preciso sinalizar que, ao trabalharmos com o movimento eugenista, dois cuidados precisam ser tomados, diante dos erros que ocorrem frequentemente quando se aborda a teoria científica elaborada por Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, que trata do aprimoramento da espécie humana. O primeiro cuidado é não confundir *eugenia* com *racismo*. Tal erro

acontece devido à aplicação mais extrema da eugenia, que correspondia à esterilização das raças consideradas inferiores/degeneradas: pessoas portadoras de necessidades especiais, homossexuais, alcoólatras, como no processo efetivado pelo Estado nazista alemão. Esse erro leva a considerar que não houve eugenia, ou melhor, não houve movimentos eugênicos que se propusessem a divulgar e efetivar a eugenia enquanto políticas de Estado, na América Latina, como se a eugenia só pudesse existir quando houvesse esterilização. A “eugenia negativa” desenvolveu-se em alguns países como Suécia e Estados Unidos, onde eram realizados exames pré-nupciais e esterilização dos “indesejáveis”, mas foi no Estado nazista alemão que a eugenia negativa e sua associação ao racismo ganhou destaque com o extermínio dos que não eram considerados da raça ariana.¹⁰ A eugenia na América Latina teria ocorrido de forma mais branda? Existiu uma eugenia positiva? No Brasil, a eugenia esteve articulada política e socialmente às questões ligadas ao saneamento, higiene, beleza física e educação.

O segundo cuidado a ser tomado ao trabalharmos com a eugenia é levantado por Stepan:

uma segunda razão para lamentarmos o esquecimento da América Latina nas discussões sobre eugenia é que isso empobrece nosso entendimento não apenas da história latino-americana, como também da eugenia como suposto movimento científico mundial (STEPAN, 2012, p. 334).

A interpretação que relaciona, sem nenhum tipo de reflexão, a eugenia às práticas de esterilização nos leva a crer que não houveram movimentos eugênicos na América Latina, portanto estes não possuem história.

Os movimentos eugênicos que eclodiram na América Latina eram inspirados no velho continente, em países como Inglaterra, França Itália e Estados Unidos. Compreendemos que integrar os movimentos latino-americanos à história da eugenia é ampliar e enriquecer nossas reflexões.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento eugênico organizado e a eugenia aqui se desenvolveu em função de quatro aspectos, sendo que o primeiro foi a entrada do Brasil na Primeira Guerra, ao lado dos aliados em 1917. O

¹⁰ Stepan (2004), ao tratar da eugenia aplicada pelo Estado nazista e pelos Estados Unidos e Suécia, que aplicavam a esterilização daqueles considerados degenerados, classifica a eugenia como sendo negativa.

Brasil, visto como degenerado e inviável à civilização, ganhou um novo estímulo a projetar o país no cenário internacional, ao definir as realidades do país em termos próprios e de encontrar soluções brasileiras para os problemas brasileiros, já que a Europa, principal fornecedora de ciência aos trópicos, estava em uma guerra de raças, colocando em jogo a degeneração da própria espécie.

O segundo aspecto que apresentamos é de que a eugenia no Brasil surgiu como resposta às questões nacionais, das quais destacamos a miséria, as taxas elevadas de desemprego e a falta de saúde da população, em grande parte negra. O Brasil foi um dos países que mais importou escravos de origem africana e um dos últimos a realizar a abolição do sistema escravista, após a qual o negro fora lançado à própria sorte, sem qualquer condição de competir, na nova ordem social que se formava, com o imigrante branco, ainda mais com as teorias racialistas vigentes que consideravam o negro uma mão-de-obra inferior para o desenvolvimento e projeção do Brasil no cenário capitalista internacional, a fim de entrar em competição com as demais nações europeias, consideradas civilizadas. Grande parte população ex-escrava migrou para as cidades em busca de oportunidades de trabalho, entretanto, como mencionado, a competição desfavorável com o imigrante branco deixou à vista as desigualdades sociais pelas principais capitais do Brasil.

O estágio em que a ciência brasileira se encontrava constituiu o terceiro aspecto para a compreensão do desenvolvimento da eugenia no Brasil. Diferente, por exemplo, da Grã-Bretanha, onde esta fora influenciada pela genética mendeliana, em nosso país predominou a tendência que ficaria conhecida como neolamarckismo reformista. Enquanto a genética mendeliana tinha como linha de combate para o aperfeiçoamento da espécie, os exames pré-nupciais, esterilização dos considerados inválidos e controle do matrimônio, ou seja, o “ataque direto” feito à procriação, o neolamarckismo reformista, desenvolvido na França, país que influenciará fortemente nossos intelectuais do início do século XX, possuía como linha de combate ações direcionadas ao meio ambiente. Dessa maneira, além do controle pelos exames pré-nupciais, matrimônio e esterilização, a “transformação do meio ambiente era indispensável para a proliferação de bons frutos”.

Sanear também é eugenizar. Tal afirmação confundiu os eugenistas britânicos que sobre a eugenia desenvolvida no Brasil, como nos diz Stepan, citando o eugenista

britânico Trounson:

conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser o assunto que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica do que biológica (2004, p. 345).

Como dissemos anteriormente, o discurso eugenista no Brasil teve várias linhas de frente e o saneamento se constituiu uma das principais. A intervenção política no meio ambiente, no combate às doenças e insalubridades contribuiu para a geração de um povo forte e sadio.

Ricardo Augusto dos Santos (2008, p. 14) nos convida a indagar alguns questionamentos a respeito de tal afirmação: “Será que a abordagem britânica era ausente de intenções sociais?” Os eugenistas britânicos consideravam a eugenia desenvolvida no Brasil menor, cuja preocupação recaía em questões como beleza física, higiene íntima e puericultura. No entanto, contrariamente a essas afirmações, existiu efetivamente uma articulação social e política que permitia a associação entre esterilização, saneamento e educação. No Brasil o discurso da eugenia atravessava as questões ligadas à educação, saneamento, imigração, matrimônio, um bom exemplo dessa diversidade do discurso eugenista aparece nos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929.

O último aspecto que favoreceu o desenvolvimento da eugenia em solo brasileiro foi condicionado pela situação racial do país em função da alta mestiçagem. Eugenizar, também se pode compreender enquanto branquear. As políticas eugenistas foram adotadas pelo Estado tendo como linha de frente controle sobre os matrimônios, imigração, saneamento, higiene e educação, que seriam os agentes do branqueamento da sociedade, e assim atingiriam o progresso, a modernização e a civilização, palavras chaves na época. Assim, a eugenia - por definição, a ciência do “aprimoramento racial”- era um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar “ordem e progresso” (lema da república), e perturbada pela composição racial do país. (STEPAN, 2005)

As reuniões em torno da ANC que ocorreram dentre os anos de 1933 e 1934 permitem que compreendamos as lutas ocorridas dentro do campo político e a atuação

de intelectuais médicos, antropólogos e juristas nos debates em torno da entrada de estrangeiros no país.

As primeiras imigrações ocorridas no Brasil datam do início do século XIX e possuíam como finalidade ocupar as terras devolutas, especialmente na região sul, o que hoje compreendemos formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir dos anos 1870, que marca a crise do Império brasileiro, a entrada de estrangeiros correspondeu ao projeto de “modernização” do Brasil, cuja a principal marca é a substituição da mão-de-obra escravocrata pela branca europeia, considerada superior pelas teorias racialistas hegemônicas legitimadas pela antropologia. O branqueamento da população brasileira, que em sua maior parte era negra durante o século XIX, também corresponde ao projeto de “modernização” e de “civilização” aos moldes da ótica europeia. O projeto iniciado pelas classes dirigentes nos finais do XIX se intensificará na política republicana durante os anos 1920.

Como foi dito anteriormente, o movimento eugenista era diversificado em suas ações, seja através da higiene, saneamento, práticas de atividades físicas, ou das políticas de imigração, que constituem o objeto do presente trabalho. Era preciso selecionar bem a entrada dos imigrantes que seriam necessários para a regeneração nacional e para a modernização do país, e para isso, caberia a responsabilidade, aos intelectuais influenciados pelos ideais eugênicos, em definir os critérios reguladores ou excludentes a entrada de estrangeiros.

2.2 A revolução de 1930, Constitucionalista 1932 e a formação de uma nova constituição

Para compreendermos o processo histórico da década de 1930, que culminou com Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932 e a formação de uma nova Constituição, a historiadora Lúcia Lippi Oliveira nos alerta para o importante ano de 1922, pois

nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação a sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista; a

criação do centro D. Vital, ligado a revista A Ordem, de orientação católica, pronuncia a renovação espiritual; e finalmente a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana (OLIVEIRA, 1980, p. 33).

A fraqueza do Estado Nacional brasileiro era amplamente divulgada pelos intelectuais do nosso recorte temporal, que responsabilizavam a República como causadora dos males da nação. A Revolução de 1930 foi um evento que “abriu espaço para os debates de projetos políticos” (OLIVEIRA, 1982, p.15), de modo a permitir que as classes de intelectuais pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental.

No ano anterior à Revolução de 1930, a Aliança Liberal, formada por ex-presidentes como Arthur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás, ao lado de participantes do movimento tenentista com: Juarez Tavares, Miguel Costa, João Alberto Campos e Siqueira Campos, lançou a candidatura de Getúlio Vargas em oposição à de Júlio Prestes, que era apoiado pela elite paulista.

Realizadas as eleições em março de 1934, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, foi derrotado. Em julho de 1930, o vice de Getúlio Vargas, o paraibano João Pessoa, foi assinado, o que gerou revoltas populares em todo o país.

A Revolução eclodiu em outubro, e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do governo provisório da nação, instaurado com a ajuda de militares. Em suas primeiras medidas, o presidente fechou o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais, com governadores de estados depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou então a governar através de decreto-lei.

Disputas também ocorriam em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Intelectuais de peso, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, inspiravam os tenentes que, de acordo com Dulce Pandolfi, “queriam um Estado centralizador de origem nacionalista e reformista” (2003, p. 17).

Em julho de 1932, eclodiu uma revolução em São Paulo sob o comando de Isidoro Dias, um dos tenentes revoltosos durante a década de 1920 e revolucionário de 1930. Por estarem descontentes “com a política centralizadora de Vargas e com lentidão das medidas que restaurariam o Estado de Direito, os paulistas, em armas, exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo” (PANDOLFI, 2003, p. 25).

A Revolução Constitucionalista, como ficou conhecida, durou três meses. No dia 2 de outubro de 1932, os paulistas foram cercados por tropas federais e se renderam.

Após a Revolução de 1932, foram convocadas eleições para o Legislativo, onde saíram os deputados responsáveis pela elaboração de uma nova Constituição. A Constituinte brasileira iniciou os trabalhos em 15 de novembro de 1933 e foi promulgada em 16 de julho de 1934. Interessante destacar que dos 220 deputados eleitos, 60 eram médicos. Foi inovadora em muitos aspectos e atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da Revolução de 1930.

Na realidade ela propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. No capítulo sobre a Ordem Econômica e Social, sancionou o intervencionismo de Estado em assuntos econômicos e sociais (PANDOFIL, 2003, p. 29).

O fortalecimento do Estado, no entanto, não podia ser confundido com o poder intervencionista do Executivo federal, questão central para muitos dos revolucionários de 30. Dessa forma, os representantes liberais na Constituinte conseguiram assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político e fazer dele um instrumento para inibir o avanço do Executivo.

O direito de voto foi estendido a homens e mulheres maiores de 18 anos, os direitos sociais foram consagrados e instituiu-se a Justiça do Trabalho.

É nesse contexto de produção em que se insere os documento ora analisados.

3. Linguagem, Sociedade, e Racismo: arcabouço filosófico

Neste terceiro capítulo, busco deixar claras as minhas opções teórico-metodológicas e o lugar de onde falo. Para tal, articulo os eixos linguagem e questões étnico-raciais. No que tange à linguagem, recorreremos aos conceitos de dialogismo, polifonia e gênero de discurso (BAKHTIN, 2003, 2004), à linguagem como intervenção (ROCHA, 2006, 2013) e às contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault (2007, 2014).

No que diz respeito às relações possíveis entre a História e a Análise do discurso, optamos pela interdisciplinaridade dos saberes, mantendo a tradição da ciência histórica, intensamente discutida na década de 1960 pela Escola dos Annales na França. Também nos opomos aos métodos propostos pela Análise do Conteúdo, que busca, a partir de um método rigoroso, descobrir o verdadeiro significado por trás do discurso (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Para tal, alinhamo-nos a uma visão de linguagem que ultrapassa a relação passiva entre emissor/ receptor e a entende como modo de agir no mundo, visto que nosso interesse é iluminar, por meio da articulação da História com a Linguística, o fato de que recorrer à análise da produção de sentidos dos discursos permite ao historiador compreender e analisar a própria tessitura dos discursos políticos na escrita da história em lugar de se restringir ao conteúdo de seus documentos.

3.1 As contribuições de Bakhtin

O conceito de dialogismo bakhtiniano permeia todo o nosso trabalho, pois entendemos, assim como o autor, que as ideias e o pensamento humano são construídos por meio das relações dialógicas e que só é autêntico o pensamento que é materializado na voz do outro e em contato com outros pensamentos. (BAKHTIN, 2003)

Em desacordo com o pensamento linguístico vigente na época, para Bakhtin o homem é um ser histórico e social, que se deve compreender desde sua inserção na sociedade, em condições sócio-econômicas concretas determinadas. Sendo assim, a

língua deve ser considerada a partir de seu uso, e não como estrutura isolada ou fenômeno abstrato, uma vez que:

A língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta ou de seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos lingüísticos enquanto fatos vivos e em evolução. (Bakhtin, 2003, p. 108)

Levando em conta essa visão, o interlocutor passa a construir sentidos a partir dos saberes que mobiliza, em lugar de ser um mero receptor, mesmo porque não necessariamente o sentido “original”, construído pelo enunciador, coincide com o construído pelo coenunciador, uma vez que os dois têm uma história, um saber, que lhes permitirá ter acesso ou não a essa construção. Desse modo, não é possível que haja sentidos estáveis e pré-estabelecidos em enunciado, que é somente uma unidade real da comunicação, vinculado às relações entre os interlocutores e em cujos cruzamentos que se preserva a memória social.

A partir do exposto, entendemos que a interação é uma ação sobre o outro, que funciona como resposta a outros discursos, e que se dirige a alguém que, por sua vez, sempre está agindo sobre quem fala. “Todo discurso é construído tomando como base um Outro, e suas marcas nos permitem um acesso a outras enunciações. Ou seja, dentro dessa visão dialógica, o autor considera que todo enunciado institui um **EU** que se dirige a um **TU**, ao mesmo tempo em que todo discurso dialoga com outro discurso (BAKHTIN, 2003 apud GIORGI, 2005, p. 31).

Conforme Bakhtin, todos os discursos conversam com outros, respondendo discursos anteriores e provocando discursos futuros; todo enunciado está em constante mudança, não podendo ter um sentido acabado. Ou seja, o enunciado ganha novos significados, a partir dos sujeitos que vão fazer parte da interlocução, pois cada um vai somar ao enunciado anterior a sua subjetividade, seu conhecimento de mundo e deve ser compreendido como um produto que é ao mesmo tempo social e lingüístico, e ecoa valores diversos: culturais, humanos, ideológicos, estéticos e morais, refletindo as condições de produção de época e lugar concretos. Cabe o alerta de que não são as unidades da língua que são dialógicas, mas os enunciados:

“as unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais da comunicação. Enquanto as unidades da língua são neutras, os enunciados carregam sistemas de crenças e valores, emoções e juízos, e por consequência acabam produzindo sentidos, que são sempre de ordem dialógica” (FIORIN, 2006, p. 20).

Dentro dessa perspectiva, portanto, precisamos compreender a língua em sua totalidade, concreta, viva, em uso, com a propriedade de ser dialógica. Assim, fazendo uma aproximação com nosso *corpus*, entendemos que os textos resultantes das reuniões de trabalho dos deputados constituintes na Assembleia Nacional Constituinte 1933-34 (ANC), no que se refere à regulamentação da entrada de imigrantes em território nacional, nos permitem identificar a presença de discursos que se materializam nesse embate. Ou seja, por meio das vozes presentes no documento, nos será permitido melhor compreender as diversas concepções a respeito da formação e modernização do Estado brasileiro, em disputa naquele momento. Aqui, nos interessa ver de que modo esse embate, entre aqueles influenciados pelas teorias racialistas europeias que condenavam a sociedade brasileira ao fracasso em função da mistura racial, e os outros que desconsideravam essa ideia, se concretiza. Afinal, como já dito, todo discurso está sempre atravessado por ideologias, sistemas de crenças e valores, que formam uma determinada concepção de mundo

Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para muitos discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras (FIORIN, 2006, p. 19).

O dialogismo, como modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo de todo enunciado e todo enunciado se constitui a partir de outro, indicando ao menos duas vozes e posições heterogêneas: aquela a que se filia e a outra em oposição ao qual se constrói (FIORIN, 2006).

Sendo a sociedade dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais. Em nossas análises das reuniões de trabalho da Constituinte 1933-34, o que buscamos foi identificar diferentes posicionamentos acerca das “*questões de imigração*” relacionadas à entrada de estrangeiros em solo nacional (negros, japoneses, assírios).

Outro conceito fundamental de Bakhtin para pensarmos nosso *corpus* de análise é o de gênero do discurso. Para o filósofo, os gêneros do discurso são tipos “relativamente estáveis” de enunciado determinados sócio-historicamente. Desse modo, a interação entre os falantes só ocorre por meio de gêneros do discurso que nos são dados “quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática” (2003, p. 282).

Sendo assim, a linguagem se manifesta no mundo social em gêneros, sempre vinculados ao domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades. O conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o todo que constitui o enunciado, que é marcado pela especificidade de uma esfera de ação. E é o gênero que garante a comunicação aos falantes de uma língua, pois reconhecer suas características implica uma economia cognitiva entre os interlocutores

permite ao leitor estabelecer as bases do seu entendimento, pois uma fala inscrita em determinado gênero fornece pistas por meio das quais nosso interlocutor pode se situar dentro do contexto da comunicação, prevendo suas características e finalidades. Ou seja, dentro de uma dada situação linguística, os interlocutores produzem uma estrutura comunicativa que se configurará nesses tipos relativamente estáveis de enunciado, marcados a partir de contextos sociais e históricos. Essas formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, pois, dependendo do contexto de produção e dos que a produzem, para cada discurso são atribuídos diferentes sentidos (BAKHTIN, 2003 apud GIORGI, 2012, p. 23).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer as características do gênero constituinte para que possamos identificar as coerções às quais está submetido e, conseqüentemente, termos um melhor entendimento das relações entre o documento em questão e as práticas sociais com as quais dialoga.

3.2 Linguagem enquanto intervenção

Como já dissemos, não reconhecemos linguagem como um esquema de comunicação estruturalista, composto de um emissor que transmite uma mensagem a um receptor, que passivamente decifra e absorve as informações fornecidas pelo emissor, mas como uma concepção de discurso enquanto simultaneamente uma produção textual e uma produção de uma comunidade que não só representa mas

intervém no mundo, pois como afirma Rocha (2014, p. 624): “a representação do mundo remete a uma construção ou interpretação desse mundo, sempre temporária e aberta a problematizações”. Uma atividade de representação é compreendida enquanto uma atividade de invenção. Um discurso não pode representar um mundo, porque ele não está distanciado desse mundo, ou seja, ele também participa.

A análise de conteúdo, que compreende a linguagem unicamente enquanto representação, utilizando seus rigorosos métodos para uma única verdade, influenciou um movimento dentro da historiografia, na década de 1950, que ficou conhecido como análise de pensamento. A análise de pensamento privilegiava uma história contínua e de longa duração. Sobre o combate às análises de pensamento, postuladas nos processos contínuos e de longa duração, Rocha nos chama atenção para

a referida tendência de combater formas de continuidade, contribuiu para o deslocamento da atenção do plano textual para um plano discursivo, se for considerada a própria mudança do *status* do documento que a partir de um determinado momento, passa a ser dessacralizado, manuseada, refeito; em vez de um viés hermenêutico sobre o documento, institui-se uma perspectiva mais “pragmática” (ROCHA, 2012, p. 49).

Todo documento – todo texto – é sempre, em certa medida, uma montagem consciente, ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, de acordo com Rocha (2012, p. 51), “além é claro da intervenção do historiador que vai escolher este- e não aquele- documento e atribuir-lhe valor de testemunho”.

Pensando nosso *corpus* a partir dessa visão, as reuniões de trabalho da Constituinte 1933-34 não apenas representava um Brasil como país doente e atrasado, “um imenso hospital” como proferiu Miguel Pereira em seu discurso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) no dia 10 de outubro de 1916, mas também intervinha por meio dessa construção discursiva, reforçando e reproduzindo esses discursos e também aqueles de que a salvação da nação, seria a modernização do Estado Brasileiro através das instituições políticas, da higienização, saneamento e da imigração europeia, onde todas essas esferas de ações estavam amparadas no discurso eugenista.

Passaremos agora às contribuições teórico-metodológicas do filósofo Michel Foucault.

3.3 As contribuições de Michel Foucault

Dialogando com o que apresentamos até agora, consideramos importante recorrer a reflexões do filósofo Michel Foucault em duas obras de sua vasta produção, *Arqueologia do Saber* e *A ordem do discurso*. São importantes para nossa pesquisa os conceitos de arquivo e dispositivos (FOUCAULT, 2004, 1987). O conceito de arquivo nos ajuda a compreender as condições históricas em que emergiram os discursos racistas e o movimento eugênico brasileiro, e o conceito de dispositivos é o responsável pela articulação entre poder, saber e subjetividades.

Foucault (1926-1984), em sua trajetória, recusou a história das ideias, que se destinava a descobrir uma verdade escondida, entendendo que

A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo é inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outra forma de enunciação excluiu (FOUCAULT, 2007, p.31).

O método arqueológico proposto por Foucault, longe da preocupação com a fidelidade dos fatos que seguem uma sequência casual e cronológica, tem como característica os processos de continuidades e discontinuidades dos enunciados, que para o autor “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2007, p. 31).

A arqueologia não tenta contornar as performances verbais, para descobrir atrás delas ou sob sua superfície aparente um elemento oculto, um sentido secreto que se esconde delas sem dizê-lo. O método arqueológico busca sim

definir os discursos enquanto práticas que obedecem a regras formadas dentro e fora da linguagem. Desse modo, uma vez que todo estatuto de verdade é resultado de um embate, a arqueologia investiga um domínio de saber dentro de um sistema lógico, linguístico e

psicológico que configura determinado regime de verdade, propõe a descrição do campo como uma rede formada na inter-relação dos diversos saberes nele presentes, que possibilitam a emergência de determinado discurso e não de outro (FOUCAULT, 2004 apud GIORGI, 2012, p. 35).

A noção de arquivo é desenvolvida por Foucault e este, em lugar de ser um registro oficial ou o local de sua preservação, é a lei que rege aquilo que pode ou não ser dito (FOUCAULT, 2004). Pode ser considerado

o sistema das condições históricas de possibilidades dos enunciados. Com efeito, os enunciados, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias. Os enunciados como acontecimentos possuem uma regularidade que lhes é própria, que rege sua formação e suas transformações. Por isso, o arquivo determina também, desse modo, que os enunciados não se acumulem em uma multidão amorfa ou se inscrevam simplesmente em uma linearidade sem ruptura (FOUCAULT, 2004 apud CASTRO, 2009, p. 43).

Com base no exposto, podemos compreender que, em lugar de interpretar um documento para saber o que está por trás dele, nosso método consiste em procurar e identificar marcas que possam nos remeter a práticas que o permitiram emergir. Isto é, dentro da gama de possibilidades existentes, entender porque alguns documentos surgem como produção histórica e política em lugar de outros.

Dentro do contexto do nosso trabalho, então, é fundamental dialogar com as condições históricas que possibilitaram a emersão de enunciados racistas e também os não racistas, para que possamos compreender como se construíram as produções de sentido referentes à identidade nacional na sociedade brasileira, no recorte temporal adotado nessa pesquisa.

Foucault também tratou, em suas obras, sobre produção do poder, dada através da sua relação com o conhecimento. O filósofo não compreende o poder enquanto pertencente a um grupo social, como no caso dos historiadores marxistas, e nem unicamente pertencente ao Estado. O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta, e da resistência, e sim por suas manifestações mais restritas. O poder não é característico de uma classe. Patrícia O'Brien, analisando a contribuição de Foucault para a História Cultural nos alerta:

Para Foucault, o poder não se origina nem na política, nem na

economia, e não é ali que se encontram suas bases. O poder existe como uma rede infinitamente complexa de “micropoderes”, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social (...). Dentre todos esses aspectos o mais polêmico de todos é a constatação que o poder cria a verdade, e, portanto, a sua própria legitimação (O'BRIEN, 2001, p. 46).

Fazendo a interface com Foucault, foram as teorias racialistas europeias, na segunda metade do século XIX, amparadas pelo saber antropológico, que classificaram os seres humanos em raças superiores e inferiores, e de historiadores como o francês Arthur de Gobineau (1816-1882), que em sua obra “Ensaio das desigualdades das raças humanas” (1855), condenou a miscigenação racial, sendo esta a causa do fracasso de sociedades como o Império Romano.

As propostas de Foucault sobre poder e saber permitem-nos perceber de que modo funcionam as sociedades, como afirma O'Brien: “Estudar o poder através do discurso nos permite perceber como são introduzidas novas tecnologias de poder” (O'BRIEN, 2001, p. 60).

As tecnologias de poder, para Foucault são representadas através do conceito de dispositivo, que, para Deleuze,

é uma meada, um conjunto multilinear. Ele é composto de natureza diferente. E essas linhas no dispositivo não cercam nem rodeiam sistemas, dos quais cada um seria por sua vez homogêneo- o objeto, o sujeito a linguagem, etc.-, mas seguem, direções, traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam, ora se distanciam uma das outras. (DELEUZE, 2016, p. 359).

Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis e as forças em exercício, funcionam como vetores ou tensores. Deleuze (2016, p. 359) chama atenção para as instâncias que estão relacionadas ao dispositivo (FOUCAULT, 1987): o saber, o poder e a subjetividade. É sempre num momento de crise que Foucault descobre uma nova linha, um novo dispositivo de poder.

As duas primeiras dimensões - poder e saber - relacionadas ao dispositivo são curvas de visibilidade e curvas de enunciação. A visibilidade, de acordo com Deleuze:

é feita de linhas de luz que formam figuras variáveis inseparáveis deste ou daquele dispositivo. Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira pela qual esta incide, se esfuma e se espalha, distribuindo o visível e o invisível, fazendo nascer ou desaparecer, o objeto que não

existe sem ela (DELEUZE, 2016, p. 360).

Os dispositivos de poder, da mesma forma que os discursos, são controlados, selecionados e organizados por um certo número de procedimentos que, de acordo com Foucault, “tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Os enunciados remetem às linhas de enunciação sobre os quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos, e segundo Deleuze:

se as próprias curvas são enunciados, é porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e porque uma ciência em certo momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, definem-se precisamente por regimes de enunciados que eles fazem nascer (DELEUZE, 2016, p. 360).

Ao adotarmos a teoria foucaultina, a eugenia é compreendida nesta pesquisa enquanto um discurso, que remete a enunciados, formações discursivas, e dispositivos de poder. Como nos diz Foucault (2014), não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. O *saber eugênico* no final do século XIX e primeiras décadas do século XX era destinado aos “homens de ciência” (SCHWARCZ, 1993).

Os dispositivos não são nem sujeitos, objetos, mas regimes, que é preciso definir, para o visível e para o enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. Deleuze nos alerta que em cada dispositivo as linhas transpõem limites, em suas funções dos quais elas são estéticas, científicas e políticas, etc. (DELEUZE, 2016, p. 360).

Conforme apresentamos no capítulo 2, o discurso eugenista manifestava-se no pensamento de vários intelectuais que, com o saber científico, pretendiam salvar a nação, considerada atrasada pela ótica das teorias racialistas europeias. A eugenia era o discurso adotado pela maioria dos intelectuais enquanto saber autorizado e legitimado, mas as formas de atuação eram diversificadas.

A outra dimensão que atravessa o conceito de dispositivo é a da subjetivação. Uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo que segundo Deleuze consiste em

fazer-se é o que ela deve na medida em que o dispositivo permita ou torne isso possível. É uma linha de fuga. (...) é um processo de individualização que incide sobre grupos ou pessoas e que se subtrai dos entrelaçamentos de forças, entre laços estabelecidos como saberes constituídos. (DELEUZE, 2016, p. 362)

Como dissemos anteriormente, os dispositivos têm como componentes as linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de forças e de subjetividade; a partir disso, decorrem duas consequências importantes para filosofia dos dispositivos, como Deleuze chama a teoria foucaultiana. A primeira é o repúdio dos universais. O universal, com efeito, nada explica é ele que deve ser explicado. “O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito, não são universais, mas processos singulares de unificação, de totalização e de verificação, de objetivação, de subjetivação, imanentes este ou aquele dispositivo” (DELEUZE, 2016, p. 363). Dessa forma, cada dispositivo, é uma multiplicidade, na qual operam certos processos em devir distintos daqueles que operam num outro. Deleuze (2016, p. 363) conclui dizendo que a filosofia de Foucault é um pragmatismo, que compreende a linguagem na ação sobre o mundo social.

A segunda consequência ao trabalharmos com a filosofia dos dispositivos de Foucault é dada pela recusa da originalidade dos enunciados. O que é importante para a teoria foucaultiana, segundo Deleuze (2016, p. 365), “é a regularidade, a feição da curva que passa pelos pontos singulares ou pelos valores diferenciais do conjunto enunciativo (do mesmo jeito, definirá ele os entrelaçamentos de forças por distribuições de singularidades num campo social)”. A recusa a originalidade do enunciado não basta para distingui-los, nem para marcar a novidade de um relativo ao outro.

O dispositivo se define, por seu teor de novidade e criatividade, que ao mesmo tempo marca sua capacidade de transformar-se, ou de fissurar-se já em proveito de um dispositivo do porvir; ao menos que pelo contrário, haja um abatimento de forças sobre suas linhas mais duras, as mais rígidas ou sólidas (DELEUZE, 2016, p. 365).

Enquanto escapam das dimensões de saber e poder, as linhas de subjetivação parecem particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não param de abortar, mas também de ser retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo.

3.4 Análise do Discurso

Ainda que minha área de formação e atuação seja a História, optei por realizar minhas análises nesta pesquisa à luz da Análise do discurso de base enunciativa, (doravante AD) considerando especificamente as propostas de Dominique Maingueneau (2010, 2013), para quem

o interesse que governa a disciplina “análise do discurso” é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas aquilo que os une através de um dispositivo de enunciação específico que provém ao mesmo tempo do verbal e do institucional (MAINGUENEAU, 2010, p. 143).

Essa escolha acontece quando eu passo a entender que o discurso está articulado ao mundo social e que a produção de sentidos de um texto não se constitui apenas como elemento linguístico, pois está atrelada também a elementos extralinguísticos contrariando, desse modo, toda a tradição da minha área de atuação, onde a maioria dos pesquisadores trabalham sob o aporte teórico da análise do conteúdo.

A AD se opõe à Análise de conteúdo, que tem como base uma concepção de linguagem em que a produção de sentidos se refere a uma realidade dada *a priori*, cujas análises buscam revelar um sentido profundo e estável anteriormente estabelecido pelo emissor já no ato de produção do texto. Como nos assinalam Rocha e Deusdará:

a problemática da discursividade surgida com as contribuições da Análise do Discurso propõe um entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A Análise do Discurso portanto, pretende não instituir uma "nova linguística", mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, a perspectiva da "tradicional". Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 308)

Para a AD, a linguagem não é o reflexo de algo que lhe é exterior. Como nos assinalam os autores: "toda produção de linguagem, portanto, não possui uma motivação outra, constituindo-se, de fato, como produto do encontro entre um eu e um outro, segundo formas de interação situadas historicamente". (Ibid., p. 317). Bakhtin, com sua compreensão da linguagem enquanto sendo dialógica, como apresentamos anteriormente, é um dos principais autores que influenciou a análise do discurso.

Outra questão no que diz respeito à opção nesta pesquisa pela AD é em relação à concepção de sujeito. Nas pesquisas em História e Ciências Sociais, muitas delas em Análise do Conteúdo, influenciadas pela concepção do materialismo histórico, onde existiriam classes sociais, o sujeito é aquele que está sobre amarras, preso a determinantes ideológicos e que ao atingir a consciência, poderia fazer escolhas, e ou, liderar a revolução. O campo dos Estudos da Linguagem, ao qual me filio, desconsidera essa concepção de sujeito manipulado e de falsa consciência. O que interessa para a AD é a descrição das vozes que ressoam, atravessam e abalam a ilusão de unidade que se apresenta nos enunciados, denunciando as falácias de uma ótica que priorize o ideal cartesiano de um sujeito da razão (Ibid., p. 317).

Os autores propõem algumas conclusões no que diz respeito a posição do pesquisador, diante do seu objeto de estudo, das quais também partilho. Enquanto na Análise do Conteúdo o pesquisador se constitui enquanto um “leitor privilegiado”, dotado de ferramentas necessárias para descobrir a verdade, em uma perspectiva discursiva o pesquisador se constitui enquanto “agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade” (Ibid., p. 321).

Não cabe a discussão se a análise do discurso se constitui ou não enquanto disciplina, mas sim a contribuição que ela nos fornece sobre a compreensão do discurso, onde este deve ser entendido enquanto articulado ao mundo social.

A respeito das características essenciais que compõem o discurso, Maingueneau (2013) nos diz que este é uma organização situada para além da frase, é orientado, se constitui enquanto forma de ação, é interativo e contextualizado; e também assumido por um sujeito e regido por normas.

Sendo o discurso uma organização situada para além da frase, este não deve ser tratado apenas como conjunto de signos, o que também significa uma nova forma de conceber a linguagem, que a partir de uma perspectiva discursiva, é vista não como a estrutura, mas enquanto práticas materializadas. Desse modo, o discurso está situado para além da frase, inserido socialmente, e, conseqüentemente, tem suas produções e sua circulação restritas “em regras de organização vigentes em um grupo social determinado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 58).

Os discursos enunciados pelos constituintes durante as reuniões de trabalho da

Assembleia Nacional 1933-34, tendo como finalidade em comum a promulgação de uma nova constituição, foram manifestações de diferentes grupos sociais em embate, onde cada um deles apontava caminhos, ora convergentes, ora divergentes para que se alcançasse a modernização do país.

A segunda característica do discurso mencionada por Maingueneau, diz respeito a ele ser orientado, não apenas porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo de maneira linear. “O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo supostamente dirigir-se para algum lugar” (MAINGUENEAU, 2013, p. 59). Os constituintes assumiam-se enquanto representantes do povo brasileiro e combatentes da viciante corrupção que governava a velha e atrasada República.

O terceiro ponto assinalado pelo linguista é com relação ao discurso constituir-se enquanto uma ação. Como foi dito, partilhamos de uma nova forma de conceber a linguagem, vista pela ótica discursiva enquanto práticas materializadas. De acordo com Maingueneau: “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) que visa modificar uma situação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 60). Os discursos enunciados nas reuniões de trabalho em prol de uma nova constituinte tinham como finalidade a modernização do país que representava: o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, atualização das estruturas políticas e o fortalecimento da raça. Eram grandes as denúncias de corrupção e descrença no governo durante os primeiros anos da República. Lima Barreto, escritor e jornalista que vivenciou o período, em artigo para o Jornal ABC do Rio de Janeiro, publicado em 19/10/ 1918, sob o nome “A Política Republicana”, nos ajuda a compreender o momento:

No Império, apesar de tudo, ele tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse.

Não é mentira isto, tanto assim, que muitos que passaram pelas maiores posições, morreram pobríssimos e a sua descendência só tem de fortuna o nome que recebeu.

A república, porém, trazendo à tona dos poderes públicos, a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os “arrivistas” se fizeram políticos para enriquecer (BARRETO, , 1961, p. 29).

Outra característica apresentada, em relação ao discurso, é sua natureza

interativa, ou seja, o fato de se estabelecer sempre em relação a outras instâncias enunciativas, ou seja,

[...]é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação a qual se dirige o enunciador e com relação a qual constrói seu próprio discurso (MAINGUENEAU, 2013, p. 60).

O que Maingueneau nos diz é que, da mesma forma que os enunciados, o discurso também é dialógico, polifônico, onde a palavra do outro está sempre presente, podendo ou não ser identificado..

Com relação a característica apontada por Maingueneau do discurso existir dentro de um contexto, é preciso o cuidado de não dizer que ele intervém dentro de um contexto, como se o contexto fosse uma moldura, um cenário, mas o contrário, pois não existe discurso se não contextualizado. “Não se pode atribuir sentido a um enunciado fora de contexto; o “mesmo” enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos” (MAINGUENEAU, 2013, p. 61). O discurso contribuiu para definir seu contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação.

A última característica descrita por Maingueneau, diz respeito ao discurso ser assumido por um sujeito e regido por normas.

O discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fontes de referências* pessoais, temporais, espaciais, e ao mesmo tempo, indica que *atitude* está tomando em relação aquilo que diz em relação ao coenunciador (fenômeno de modalização). Ele indica, em particular quem é o responsável pelo que está dizendo (MAINGUENEAU, 2013, p. 62).

Os constituintes, enquanto sujeitos elaboradores da Constituição 1933-34, possuíam seus anseios de representação e desejos de intervir na realidade, modificando as estruturas do Estado brasileiro, consideradas atrasadas, desejando atingir o modelo de “civilização” desejado, e dentro das reuniões de trabalho da Assembleia, seus discursos eram regidos por normas, onde exerce-se um trabalho de legitimação da palavra.

A partir de uma perspectiva discursiva, precisamos compreender nosso *corpus*, em meio ao seu contexto de produção, dado que, conforme Rodrigues e Rocha,

ao observar como os discursos estão-se construindo requer que

tomemos como um modo de apropriação da linguagem socialmente constituído. Sendo assim, mais do que com o conteúdo temático, os efeitos de sentidos que se produzem têm a ver com o lugar sócio-histórico de onde o tema é falado e, conseqüentemente, como o modo pelo qual é falado. Trata-se de uma complexidade que só faz ratificar um modo de funcionamento discursivo compatível com os princípios de uma semântica global. (RODRIGUES; ROCHA, apud GIORGI, 2010, p. 119)

Outra contribuição relevante para a operacionalização de nossas análises, é a semântica global, proposta por Maingueneau, que, de acordo com Giorgi:

[...] nos ajuda a entender, que, em um texto, forma e conteúdo não estão dissociados e se relacionam em todos os planos discursivos-vocabulários, modos de enunciar, dêixis, temas- construindo significados que se materializam no texto. E cabe ao analista buscar indícios nesse texto que o remetam a determinada prática discursiva. (GIORGI, 2012, p. 120)

Desse modo, a semântica global permite que as análises destaquem pontos diversos e que se façam relevantes ao longo de sua construção; “não precisam ser predeterminados e engessantes; categorias de análise são escolhidas pelo pesquisador à medida que se façam necessárias” (GIORGI, 2012, p. 120).

Como não sou linguista, a semântica global me permite trabalhar com diversas categorias de análise, escolhidas à medida que achar necessário para a intervenção no *corpus*.

3.5 Raça e Racismo

O conceito de raça foi diversas vezes ressignificado ao longo do tempo e do espaço na história das sociedades humanas, por isso, devemos entendê-lo enquanto uma categoria *espaço-temporal*, cujo surgimento data nos finais do século XVIII. De acordo com Michel Banton, a ideia de raça era usada para a descendência comum de um conjunto de pessoas; as suas categorias distintivas eram dadas por assentes e a categoria *raça* tornou-se um meio de classificar essas pessoas por essas características (BANTON, 1977, p. 39).

A categoria raça foi primeiramente desenvolvida sob a perspectiva da linhagem

e utilizada para explicar as novas relações sociais que se configuravam na Europa Ocidental. Seu sentido diverge, ao longo do espaço e do tempo, entre os pesquisadores das mais diversas áreas como genética, biologia, história e ciências sociais. Tratando-se de uma pesquisa histórica, operamos com a categoria raça formulada no século XIX com o intuito de classificar grupos humanos.

A partir do século XIX, o termo passou a ser utilizado como meio de classificar as pessoas a partir das diferenças fenotípicas e biológicas sob o aporte científico da antropologia e das ciências naturais. As diversas teorias que partilhavam da crença na existência das raças humanas chamaremos de *racismo*, o que culminou em uma doutrina das raças.

O racismo, de acordo com filósofo Appiah “está nas tentativas do século XIX de desenvolver uma ciência da diferença racial” (APPIAH, 2010, p. 33); crê na existência de características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça.

Em si, o racismo não é uma doutrina que tenha que ser perigosa, mesmo que se considere que a essência racial implica predisposições morais e intelectuais. Desde que as qualidades morais positivas se distribuam por todas as raças, cada uma delas pode ser respeitada, pode ter seu lugar “separado, mas igual” (APPIAH, 2010, p. 33).

Desse modo, a crença na existência de várias raças humanas não deve ser compreendida como um perigo a humanidade. O problema consistiu na classificação hierarquizada das raças humanas, ou seja, da utilização do racismo enquanto arma política para a prática imperialista no final do século XIX. O racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, e o físico e moral.

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera inferiores ao grupo o qual pertence (MUNANGA, 2004, p. 24).

O racismo se constituiu a partir de discursos que lhe concederam materialidade. No que tange às relações raciais brasileiras, a “ideologia do branco o constitui enquanto

detentor de boa índole, cultura superior, apressado ao trabalho e valores éticos e civilizatórios”, ao passo que ao negro cabe “ má índole, cultura inferior, e desprezo ao trabalho e aos valores éticos civilizatórios” (SOUZA, 2013, p. 9).

A ideologia do branco forma uma representação que o mesmo seria destinado a governar e a ocupar os melhores cargos, ao passo que aos negros caberiam as condições mais subalternas e inferiores da sociedade. Como destacamos, a categoria raça é constituída por uma relação espaço-temporal, e o mesmo vale para o racismo, que é uma derivação dessa categoria. Conforme Hall,

o racismo possuiu características gerais. Mais ainda mais significantes são as formas pelas quais essas características gerais são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e ambientes nos quais elas se tornam ativas. Na análise das formas históricas de racismo seria melhor operar em um nível mais concreto e historicizado da abstração (isto é, não o racismo em geral, mas os racismos) (HALL, 2013, p.362).

Assim, o racismo que se estruturou no Brasil não é o mesmo que o dos Estados Unidos ou o da África do Sul, por exemplo. Enquanto nos Estados Unidos o racismo foi institucionalizado juridicamente, de modo a limitar direitos a população negra recém-escrava no período pós-abolição, na África do Sul o racismo foi erigido em política de Estado, dado que

os conquistadores e colonizadores europeus acabaram por construir um Estado plurinacional, isolando os povos nativos da nação sul-africana e não reconhecendo os seus direitos a cidadania. Ao mesmo tempo, o Estado nacional sul-africano instituiu as subcidadanias para incorporar, de modo desigual, as minorias étnicas (*coulored e indians*) (GUIMARÃES, 2009, p. 219).

A destruição do *apartheid* significou na história sul-africana um processo de construção de um Estado nacional, onde o princípio não racialista dos direitos humanos foi, pela primeira vez, instituído.

No que se refere à especificidade do racismo brasileiro, este se desenvolveu através da ideologia do branqueamento que atualmente se constitui por meio de práticas sociais, representações e discursos, desenvolvido pela intelectualidade brasileira de modo a resolver o problema do negro na recém-proclamada república, uma vez que se o negro, ao almejar o branqueamento como um ideal, está identificando no branco o modelo a ser seguido.

O racismo brasileiro operou depois da escravidão através de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica e dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, “utilizando-se de carismas de classe e cor” (GUIMARÃES, 2009, p. 225).

O grande problema desse combate ao racismo no Brasil, é a sua invisibilidade, posto que este ou é reiteradamente negado, ou confundido como formas de discriminação de classe.

4. Análise do corpus

Uma Assembleia constituinte é um órgão colegiado que tem como função redigir ou reformar a constituição, a ordem político-institucional de um Estado, sendo para isso dotada de plenos poderes ou *poder constituinte*, ao qual se devem submeter todas as instituições públicas. Essas discussões são transcritas nos Anais da Assembleia constituinte.

Cabe aqui explicar que não encontramos trabalhos acadêmicos que tratassem de anais - definidos nos dicionários como narração de fatos históricos, organizada ano a ano - como um gênero de discurso. Neste trabalho, defendemos que anais da Assembleia Constituinte - diferentes de anais médicos ou de eventos acadêmicos - são um gênero de discurso, visto que estes, em conformidade com o que nos propõe Bakhtin (2013), são como formas típicas de enunciados que se tornam relativamente estáveis pela repetição.

Além disso, nos baseamos em Maingueneau (MAINGUENEAU, 2002 apud RODRIGUES, 2006, p. 105) para quem o gênero estabelece coerções para que um enunciado possa ser legitimado no interior de um determinado gênero, a saber: a) o *status* respectivo dos enunciadorees e dos coenunciadores; b) as circunstâncias temporais e os locais da enunciação; c) o suporte e os modos de difusão; d) os temas que podem ser introduzidos; e) a extensão e o modo de organização. Em relação a primeira coerção apontada por Maingueneau (2013) para que um enunciado seja concebido como um gênero, o *status* respectivos dos enunciadorees e dos coenunciadores, os anais da constituinte de 1933-1934 possuem uma finalidade que é dada pela transmissão das reuniões de trabalho, plenárias e dos projetos de leis que foram discutidos entre 15 de novembro de 1933 e 16 de julho de 1934, confirmando dessa forma as circunstâncias temporais e espaciais que nos levam a considerar os anais enquanto um gênero do discurso. Os anais são encontrados em formato de livros, o que nos remete a um suporte. No caso da nossa pesquisa, encontram-se digitalizados e

disponíveis na biblioteca digital no portal da Câmara Legislativa Federal.¹¹ Os temas introduzidos nos anais são todos aqueles que dizem respeito a política nacional, como por exemplo: educação, economia, patrimônio, saúde, finanças, dentre outros. A organização dos anais nos remete a uma linguagem que podemos identificar enquanto pertencente a esfera política, como por exemplo; "Signatário e Vossa Excelência".

São 22 os volumes dos anais da Constituinte 1933-1934 e todos possuem praticamente a mesma estrutura: no sumário, são apresentados os temas discutidos nas reuniões de trabalho da Assembleia, juntamente com os discursos proferido em secções de plenária pelos deputados constituintes.

Retomando as características genéricas do texto, explicitamos que os anais da constituinte são constituídos por outros gêneros como artigos, leis, emendas, pareceres e discursos proferidos em sessões. Cabe acrescentar que, por sua vez, os projetos de leis, emendas e pareceres constituem-se como gêneros relativamente estáveis, e naqueles que analisamos a ordem é a mesma. Primeiro aparece o artigo referente à lei, e/ou parágrafo com a alteração pretendida, em seguida um texto onde o(s) autor(es) teceram argumentos que justificassem suas propostas e, por último, os projetos de lei, emendas e pareceres são colocados a votação, podendo ser aprovados ou rejeitados.

Em função de se tratar de uma pesquisa de mestrado, não selecionamos os discursos proferidos em sessões, mas apenas aqueles que se materializaram em documentos legais, por entendermos que esses documentos, mesmo que não reproduzam os discursos proferidos à época, são o resultado dos embates que se materializaram discursivamente. Desse modo, nosso *corpus* é formado pelas projetos de leis, emendas e pareceres relacionadas à imigração, encontrados nos anais da ANC de 1933-34.

A seleção do corpus foi feita da seguinte forma: buscamos nos índices dos anais a palavra imigração e verificamos que a mesma aparece nos índices de todos os anais. Selecionamos, então, os trechos de leis, emendas e pareceres, e usamos como busca o termo imigração nos documentos em PDF. A partir de então, nosso corpus passou a ser constituído pelos fragmentos dos documentos em que o termo aparecia, a saber, Anais IV, páginas 211-216, 219, 490-493, e Anais XIX, páginas 340-349 e 546-549, tendo sido desprezados os outros.

¹¹ <http://www2.camara.leg.br>

Os fragmentos analisados serão apresentados de acordo com as categorias que escolher analisar, que aparecem em nosso *corpus*: designações, discurso relatado e negação polêmica. Essas categorias mostram-se recorrente em nosso corpus e nos ajudam a identificar as marcas dos discursos racistas e os efeitos de sentidos que foram produzidos no discurso materializado referente a imigração. Buscando, dentro de uma visão dialógica, identificar as marcas do discursos racistas e os efeitos de sentidos produzidos nos debates relacionados à imigração na ANC 1933-1934, como já dito, recorreremos à semântica global que nos permite destacar pontos diversos que consideramos relevantes ao longo de nossas análises.

Pensamos num primeiro momento em iniciar nossas análises com as categorias que escolhemos a partir de uma primeira leitura do texto. Depois, entretanto, optamos por tentar, primeiramente, resgatar sentidos do termo “imigração” nos documentos, no intuito de identificar sentidos de imigração que foram sendo construídos ao longo dos textos. Assim, trazemos o item:

Fragmento 1	25/05/1934	ANAIS, v. XIX, p. 340
N.1619 Problema da imigração		
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20	<p>Depois de 1914, certas nações chamadas de imigração, reconheceram que, elas também, por circunstâncias diversas, tinham em casa o problema da falta de trabalho; no Brasil o clamor do pão para a boca era tamanho que o governo revolucionário, mal tomou conta da direção do Estado em 24 de Outubro de 1930 expediu em 12 de Dezembro o decreto n. 19.942, ainda em vigor, que fechava os portos do Brasil a toda imigração, de qualquer procedência, ao mesmo tempo que descontava mensalmente na folha dos empregados no Estado, dos funcionários públicos, de ½ a 2% dos seus vencimentos para distribuir pelos sem emprego em nenhuma parte.</p> <p>Por outro lado, os países denominados de emigração, relativamente empobrecidos após a Guerra, no seu capital homem - que é em todo mundo a primeira riqueza de qualquer nação - resolveram guardá-lo a sete chaves e escondê-los contra as seduções da prosperidade em terra estranha. Assim fizeram o grande Mussolini e o bravo General Carmona, encaminhando o excedente dos seus irmãos na península, para as próprias colônias do Mediterrâneo e na África, e lhes negando passaporte para o estrangeiro. Não admira, então, que a Itália, que ainda em 193 expediu para a América do Norte 300 mil emigrantes, só lhe esteja mandando agora 3 a 4.000. Em qualquer caso a redução do volume da saída emigratória ou da entrada imigratória, são nos países interessados, atos íntimos da sua soberania,</p>	

21	impenetráveis e incorríveis, ou como melhor dizem os americanos, para
22	lhes dar mais força, atos da sua domesticidade; - The control of
23	immigration is puerly a matter of domestic law. Só as nações de
24	imigração cabe avaliar as suas necessidades em braços, controlar-lhes a
25	qualidade e dirigir a sua localização no Território nacional.
26	Só as nações de imigração cabe avaliar as suas necessidades em braços,
27	controlar-lhes a qualidade e dirigir a sua localização no Território nacional. De
28	outra forma, estaria resolvido o problema dos desocupados, por quanto iriam
29	despejando nas outras, sem licença, ou pela força, a sua população sem
30	trabalho; o mundo passaria a ser um condomínio, transformando cada país,
31	sem mercê e em vazadouro dos outros.
32	Os estadistas e pensadores americanos, em porfia, avisaram a sua pátria do
33	perigo iminente, dizendo um dos maiores, S. Holmes: "Só recentemente nos
34	chegou a certeza, de que estávamos sendo atacados por uma indigestão aguda.
35	Os imigrantes tinham sido introduzidos mais rapidamente do que podiam ser
36	assimilados. Todo americano, que ambiciona fazer da sua pátria um povo
37	verdadeiramente grande, considera a imigração, não pela riqueza que o braço
38	barato barato lhe possa importar, não pelo desejo sentimental de ver a
39	transformada num asilo universal dos oprimidos, mas pelo ideal de uma
40	América povoada por homens fortes, sadios e inteligentes, e mulheres de
41	nobres instintos e puro caráter para comporem a harmonia da vida". Outro,
42	não menor Lothrop Stoddart, acrescentava: "Nada mais condenável na nossa
43	civilização esgotada e materialista do que a diretriz que ela deu ao problema
44	da imigração no século dezenove, colocando-o não no ponto de vista da raça,
45	mas no ponto de vista material, sendo o imigrante considerado não apenas um
46	criador de valores técnicos, mas um mero utensílio para a produção de
47	riquezas".
48	Foi desta discussão e desta luz que nasceu em 1924 o quota act, que reduziu
49	a 2% a entrada de imigrantes da Europa nos Estados Unidos.

A VI Conferência Internacional das Repúblicas Americanas, reunida em 1928 em Havana, adotou, em secção plena de 15 de Fevereiro, a seguinte proposta da delegação brasileira, presidida pelo sábio embaixador Raul Fernandes. "Os Estados Americanos, reservam o direito de examinar a vantagens em receber quaisquer correntes de imigração e agir como melhor lhes parecer na defesa dos seus interesses. Nesse momento a delegação dos Estados Unidos considera que a fiscalização da imigração é um assunto de caráter interno, representando o exercício de um direito soberano".

O fragmento anterior é a emenda N.1619, que foi apresentada e aprovada no dia 25 de Abril de 1934, e passou a regular a entrada de imigrantes em território nacional, que, segundo LUIZETTO (1975, p. 41), foi assinada por 130 deputados e aprovada na

sessão de 24 de maio de 1934, por 146 votos contra 41.¹²

A imigração, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, no período pós Primeira Guerra, é vista como um problema. No Brasil, a crise da fome e desemprego, que o país atravessava fizeram com que a entrada de estrangeiros não fosse bem vinda, enquanto na Europa pós-guerra, completamente destruída, migrar para um outro país constituía uma nova oportunidade de recomeçar. Conforme podemos observar no enunciado: “os países denominados de emigração, relativamente empobrecidos após a Guerra, no seu capital homem- que é em todo mundo a primeira riqueza de qualquer nação” (linhas 10-12), o imigrante é visto unicamente como mão-de-obra para o trabalho, conseqüentemente como produção de riqueza, "capital homem"(l.11) conforme identificamos no enunciado, o que já nos remete a primeira marca linguística, a designação.

Sempre dentro de uma perspectiva dialógica de linguagem, identificamos algumas marcas que nos remeteram à categoria de designações, que, segundo Maingueneau (2013, p. 240), “permitem ao coenunciador identificar o referente indicado pelo enunciador. Os locutores de uma língua dispõem, na verdade, de diversos meios para designar um referente, diversos modos de apresentação desse referente.”. Assim, cada escolha aponta para um sentido específico, como o exemplo na emenda N.1619 que nos chamou a atenção: “Assim fizeram o grande Mussolini e o bravo general Carmona” (l. 13-14). Benito Mussolini foi chefe de Estado da Itália (1922-1943) e líder do Partido Nacional Fascista; já o general Óscar Carmona, presidente da República Portuguesa (1926- 1951) graças a um golpe de Estado. Após a Primeira Guerra, no período que ficou conhecido como crise do capitalismo imperialista, surgiram na América Latina e também na Europa regimes que possuíam como característica o autoritarismo. Pregavam um estado centralizado, controlador, nacionalista e uma grande rejeição às ideias socialistas. As maiores expressões de governos com essas características foram vistas na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler.¹³ O Brasil de Getúlio Vargas não fugiu à regra, nem ao contexto mundial. Os adjetivos utilizados para designar Mussolini, "o grande" e general Carmona, “o bravo,” nos remetem a uma aproximação do governo brasileiro à fundação da Ação Integralista

¹² A lista dos deputados que assinaram a favor e contra a emenda estará em anexo.

¹³ Para saber mais a respeito do fascismo, indico: KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo, 2009, São Paulo: Expressão Popular.

Brasileira (AIB), um movimento político inspirado no fascismo. Vale lembrar que os fundadores da AIB, figuras expressivas como Plínio Salgado e Miguel Reale foram participantes da Revolução Constitucionalista de 1932.

A categoria das designações contribuiu também para a compreensão do modo como foram construídas discursivamente as imagens, ou melhor, os sentidos, dos imigrantes, como verificou-se no excerto referente à proposta de lei apresentada por Antônio Xavier de Oliveira (1892- 1953), natural de Juazeiro (Ceará), médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi eleito deputado constituinte (1933) pelo Ceará, na legenda da Liga Eleitoral Católica, no dia 22 de dezembro de 1933:

Fragmento 2	22/12/1932	AANC, v. XIX, p. 546
N.1164		
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29	<p>Art. 54 Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negras e amarela, de qualquer procedência.</p> <p>Parágrafo único. É obrigatório o exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que se destine ao território nacional ou que se queira naturalizar cidadão brasileiro.</p> <p>Justificação</p> <p>O problema das raças humanas, cada vez mais assume preponderância notável, entre os que em maior relevo são havidos pelas nações organizadas na hora atual da humanidade. De outro não sei o que sobrepuje em importância para a vida dos povos, maximé, para um país em formação como o Brasil, pois a meu ver, nenhum lhe corre parelhas na ordem das grandes cogitações, que ora devem ocupar ocupar as suas "elites" científicas, e todos os seus homens de cultura, profana ou religiosa, nomeadamente, os seus homens de governo. (...) O homem- até os rebutalhos de raças, mais ou menos, degeneradas, como algumas da Ásia Oriental, além de outras, quiça tão indesejáveis, como todas as do Oriente próximo (Ásia Menor), aquelas e estas, boas ou más, sãs ou doentes, inferiores ou superiores, mas, todas, para a nossa formação eugênica, só comparáveis aos insanos incuráveis de outros povos, que também recebemos e tratamos e mantemos em nossos hospitais, sempre superlotados. Esta a tese que procurei desenvolver na ementa, supra, que, entretanto envolve assunto de mágnima importância para o Brasil, como igualmente para todas as demais nações do Continente Americano. (...) Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis inclusive, psicopátas, de todas as partes do mundo. Ademais, é um assunto este da seleção dos imigrantes, que, por igual, deve interessar tanto a nação que envia, como a que recebe o migrador. Este, para vencer e não naufragar no novo "habitat" que vai procurar, deve ser, tem que ser, forçosamente um forte.</p> <p>Vou além um pouco, para afirmar que que o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem se me afasto do tema que</p>	

30	desenvolvo afirmando que, mentalmente o oriental nos é indesejável; nem se
31	deixa de ser bom brasileiro jurando que o Brasil não deve ser a terra
32	prometida de Israel, nem a Amazônia a Manchúria do futuro.
33	(..) Como se está a ver, a importância dessa questão está em uma simples
34	enunciação: Jamais seremos uma grande nação se não cuidarmos de defender
35	e melhorar a nossa raça.

As designações encontram-se presentes no fragmento anterior, relativas às raças negras e amarelas, são do tipo definida, que, de acordo com Maingueneau “obriga o coenunciador a escolher um indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, caracterizando-os por intermédio de uma ou várias propriedades” (2013, p. 243). O contexto também faz parte desse tipo de designação. Em uma sociedade configurada e compreendida sendo formada por raças, algumas superiores e outras inferiores, elementos da raça negra e amarela são proibidos, prevalecendo apenas os da raça branca, considerada superior às demais. Os imigrantes, dependendo de sua localização de origem eram apresentados de modo negativo ou positivo. Por exemplo, se for asiático ou africano, é indesejável, como observamos no enunciado: “Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis inclusive, psicopatas, de todas as partes do mundo” (1.22-240. O uso do termo outros confirma que aqueles citados anteriormente eram indesejáveis, e, além disso, coloca no mesmo plano africano, asiáticos e psicopatas de origens distintas.

Destacamos agora a proposta de emenda N. 21 E do Deputado Constituinte, “eleito pelo Partido Economista Democrático em maio de 1933” (BOMENY, 2015, p. 31), o então médico e professor Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto, no dia 30 de novembro de 1933, na qual também encontramos designações referentes ao modo de percepção dos imigrantes. Segue o fragmento relativo à sua proposta de emenda:

Fragmento 3	30/11/1933	AANC, v. IV, p. 492
-------------	------------	---------------------

1	No problema geral da imigração se contém múltiplos subproblemas que dizem respeito ao lado dos emigrados não só as suas qualidades físicas e mentais - são e o doente, o morigerado e o turbulento, o abstêmio e o ébrio, o trabalhador e o mendigo, o pacífico e o guerreiro, os que pelo seus antecedentes chegam com a justa ambição do trabalho e os que trazem o ânimo oculto da conquista, como também, à sua quantidade, tal às vezes que transformam a imigração em migração.
2	
3	
4	
5	
6	
7	

No enunciado acima, os imigrantes são apresentados por Miguel Couto como “doente, morigerado, turbulento, o abstêmio e o ébrio, o trabalhador e o mendigo, o pacífico e o guerreiro” (l. 3-4). Ao saber eugênico caberia o papel de selecionar e restringir a entrada de imigrantes, considerados como inferiores e degenerados, em território nacional.

Outra categoria que se mostrou produtiva para a análise de nosso corpus foi o discurso relatado (DR), que, de acordo com Angela Baalbaki:

constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante. Em linhas gerais, podemos dizer que o enunciador, ao inscrever um enunciado citado na seqüência de sua enunciação, exime-se de sua responsabilidade. (MAINGUENEAU, 2001 apud BAALBAKI, 2007, p. 86).

No fragmento seguinte, entendemos que o DR, em lugar de eximir o enunciador de responsabilidade, tem o objetivo de dar legitimidade argumentativa à proibição da entrada de imigrantes trazendo vozes de pessoas consideradas relevantes, como S. Holmes e Lothrop Stoddart, como veremos abaixo:

	Fragmento 4	25/05/1934	AANC, v. XIX, p. 341
1	Os estadistas e pensadores americanos, em porfia, avisaram a sua pátria do perigo iminente, dizendo um dos maiores, S. Holmes “Só recentemente nos chegou a certeza, de que estávamos sendo atacados por uma indigestão aguda. Os imigrantes tinham sido introduzidos mais rapidamente do que podiam ser assimilados. Todo americano, que ambiciona fazer da sua pátria um poso verdadeiramente grande, considera a imigração, não pela riqueza que o braço barato barato lhe possa importar, não pelo desejo sentimental de a ver transformada num asilo universal dos oprimidos, mas pelo ideal de uma América povoada por homens fortes, sadios e inteligentes, e mulheres de nobres instintos e puro caráter para comporem		
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

11	a harmonia da vida”. Outro, não menor Lothrop Stoddart, acrescentava:
12	“Nada mais condenável na nossa civilização esgotada e materialista do que
13	a diretriz que ela deu ao problema da imigração no século dezenove,
14	colocando-o não no ponto de vista da raça, mas no ponto de vista material,
15	sendo o imigrante considerado não apenas um creador de valores técnicos,
16	mas um mero utensílio para a produção de riquezas”.

Aproveitamos o fragmento para chamar atenção da negligência dos pesquisadores que trabalham com o movimento eugenista, sem considerar o discurso de modo contextualizado, do, a não considerar a influência, ou melhor, o diálogo com os eugenistas norte-americanos. Lothrop Sodart, descreve que a imigração durante o século XIX era dada em função da mão-de-obra, constituiu um erro e que para repará-lo deveria ser baseada na questão racial. Os Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, iniciaram a marcha para oeste com o objetivo de expandir e ocupar o território. Com a ocupação e criação de novas cidades, surgiu a necessidade de se obter mão-de-obra. No Brasil, o mesmo ocorreu com a política de imigração voltada para ocupar as terras devolutas da região sul, e para se obter mão-de-obra para as fazendas de café no interior paulista. A escravidão já havia sido extinta e a preferência pelo imigrante era dada em função de serem uma mão-de-obra qualificada, conforme o discurso da época. O discurso relatado consiste em uma estratégia discursiva onde o enunciador ao dar a voz para outro, no caso, para os eugenistas norte-americanos, traz uma voz “superior” com a qual seus pensamentos estão alinhados.

Segue o próximo fragmento para análise, onde demonstraremos as relações dialógicas estabelecidas entre a eugenia e a imigração:

	Fragmento 5	30/11/1933	AANC, v. IV, p. 492
1	Para solenizar o 1 Centenário da Academia Nacional de Medicina reuniram-		
2	se há 4 anos na nossa capital, vários Congressos Internacionais e um		
3	brasileiro, o de Eugenia, que teve a honra de ser presidido pelo gênio do		
4	nosso colega nesta casa Dr. Levi Carneiro. Não se calcula o êxito e o		
5	brilho desse certamente; todos os nossos anfiteatros da nossa Faculdade de		
6	Medicina se enchiam de congressistas vindos de todo o Brasil, e de todo o		
7	mundo; mas o que congregava os membros do Congresso de Eugenia teria		
8	que se fazer de borracha para contê-los todos. Uma das teses versou sobre		

9	a Imigração e teve como relator Azevedo Amaral- o extraordinário
10	jornalista e homem de letras- Do seu trabalho, disse Levi Carneiro, que só
11	ele seria o bastante para justificar a reunião do Congresso de Eugenia.
12	(...)Art. É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só
13	consentida a asiática na proporção de 5 por cento, anualmente sobre a
14	totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território
15	nacional. É vedado aos Estados fazer contratos para a introdução de
16	imigrantes em contravensão do disposto neste artigo.

Miguel Couto, em sua proposta de emenda, retoma a comunicação do médico Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1942), apresentada no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, nos salões da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, localizados na época na Praia Vermelha, que reuniu cerca de 200 pessoas, entre médicos, cientistas, jornalistas e políticos (SANTOS, 2008, p.142). Os temas abordados no congresso foram regulamentação dos casamentos, educação eugênica, proteção da nacionalidade, controle da imigração, campanhas antivenéreas, tratamento da doença mental, esterilização, além de vários temas ligados à infância, nutrição e maternidade. Azevedo Amaral, médico, foi o responsável por apresentar a comunicação “O Problema Eugênico da Imigração” e é dado pela historiografia como um intelectual crítico do Liberalismo, defensor de um Estado Autoritário, e marcado por seu apoio ao Estado Novo (1937- 1945) (LIPPI, 1982; SANTOS,2008). O que nos interessa neste trabalho, a partir de nossa compreensão de linguagem polifônica, ou seja, que remete a outras vozes, é demonstrar a materialidade do discurso eugenista, como no exemplo da proposta de emenda apresentada por Couto.

A comunicação de Azevedo Amaral foi considerada uma das maiores polêmicas debatidas no evento, pois o intelectual, ao longo de sua exposição, historiciza e faz comentários a respeito dos itens que levaram a adoção da imigração em certos períodos da nossa história.

A sua participação, decerto, provocou inúmeros comentários e intensa polêmica, devido ao caráter draconiano das suas propostas. No entanto, a dureza de suas afirmativas não impediu que boa parte dos argumentos sustentados por Amaral na palestra, não só fossem as bases políticas e administrativas das leis de imigração, mas também constituíssem os procedimentos burocráticos pelos quais os candidatos a imigrarem para o Brasil teriam que se submeter (SANTOS, 2008, p. 147).

Um dos principais itens defendidos em sua palestra foi o da adoção de cotas por nacionalidades, inspirado na Emergency Quota Act, de 1921, como podemos identificar na citação abaixo:

Na aplicação do sistema estipulado pelo Quota act Americano de 1921 não devemos, é claro, esquecer que os elementos imigratórios, cuja entrada no país pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente a raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o Índio representou papel relativamente secundado na composição étnica – seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrantes de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma nova civilização do tipo europeu e para atingir esse objetivo temos a necessidade de não agravar, com o acréscimo de elementos étnicos alheios a raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente em relação a outros povos mais imunes do que nós da mistura de raças coloridas. (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Atas e trabalhos. Rio de Janeiro: v. 01, 1929, p. 336).

A Emergency Quota Act de 1921 passou a limitar a entrada de estrangeiros nos Estados Unidos a um percentual de 3% sob o número de residentes no país. Posteriormente, em 1924, o Congresso americano aprovou o *Restriction Act*, pelo qual se restringia o acesso aos Estados Unidos a cotas de 2% das pessoas originárias de regiões consideradas geneticamente desfavorecidas (CASTRO; CASTRO; JOSEPHSON; VILELA, 2005, p. 273). Verifica-se um dialogismo entre eugenia norte-americana e o discurso eugênico brasileiro.

Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), médico-antropólogo, um dos principais organizadores do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, teceu comentários a respeito do trabalho de Azevedo Amaral:

Deste Congresso, até agora, a mais importante memória, foi sem dúvida, a que sobre “Imigração e Eugenia” apresentou Azevedo Amaral, trabalho sem favor, muito brilhante que o autor sustentou de maneira sóbria e eloquente, e que eu tive o prazer de discutir. (...) Azevedo Amaral soube ver, com espírito de rara penetração e amplo descortino- o que de fato, há, para a eugenia, no problema do imigrante atraído pelo Brasil (ROQUETTE-PINTO, 1978, p. 44).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) produziu o discurso de que a imigração se constituía enquanto um problema, que deveria ser resolvido pelo Estado

brasileiro.

O deputado Miguel Couto, na justificação de sua proposta de emenda, apresentou o relatório elaborado por Azevedo Amaral no Congresso de 1929:

	Fragmento 6	30/11/1933	AANC, v. IV, p. 492
1	I-		O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da
2			República, às casas e ao Congresso Nacional e aos governadores dos
3			Estados um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos
4			da imigração promíscua, no ponto de vista dos interesses da raça e da
5			segurança política e social da República.
6	II-		O Primeiro Congresso de Eugenia, considerando que as influências
7			mesológicas não podem alterar no individuo característicos
8			hereditários- transmitidos de geração em geração, julga que a seleção
9			rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como
10			meio de defesa de nossa raça.
11	III-		O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que, no
12			processo de seleção de imigrantes, sejam levados em conta os
13			atributos coletivos das populações donde provieram as correntes
14			imigratórias.
15	IV-		O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos
16			poderes públicos para o fato de que a saúde do imigrante e a sua
17			robustez muscular não bastam como característicos de valor eugênico
18			do indivíduo, o qual só pode ser aferido pela apreciação das
19			qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos
20			profundos de sua herança, e, portanto, do seu valor como elemento
21			racial.
22	V-		O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que entre
23			as manifestações mais frequentes de táras hereditárias que incapacitam
24			o imigrante como elemento étnico indesejável, figuram formas de
25			desequilíbrio mental traduzido em tendências anti-sociais, aconselha a
26			exclusão inflexível de todos os imigrantes com antecedentes criminais,
27	VI-		O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, nos
28			atuais países superpopulosos de alta civilização, os indivíduos que
29			gravitam para o pauperismo atestam com esse próprio fato a sua
30			inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração
31			subvencionada, que apenas podem concorrer para a entrada no nosso
32			país de elementos indesejáveis. (AANC, IV, p. 492) ¹⁴

O discurso eugenista, encarregado da formação da identidade nacional evoca para si a responsabilidade de selecionar ou mesmo restringir a entrada de imigrantes.

¹⁴ O mesmo relatório de medidas, apresentado por Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, também aparece na publicação de ensaios de Edgar Roquette-Pinto: Antropologia Brasileira

A próxima categoria que entendemos ser relevante para a análise de em nosso *corpus* é a negação polêmica, pensada por Ducrot ao esboçar sua teoria polifônica da enunciação, a fim de “mostrar a pertinência linguística das noções de enunciador e de locutor” (RODRIGUES; ALMEIDA, 2007, p. 71)

O locutor L que assume a responsabilidade do enunciado “Pedro não é gentil” coloca em cena um enunciador E1 que sustenta que Pedro é gentil, e um outro E2, ao qual L é habitualmente assimilado, que se opõe a E1” (DUCROT,1987, p. 202).

E1 e E2 sustentam pontos de vistas e o “choque entre atitudes antagônicas, uma positiva e outra que é a recusa desta, apareceria na maior parte dos enunciados negativos” (RODRIGUES; ALMEIDA, 2007, p. 74).

A uma perspectiva discursiva interessam, fundamentalmente, os efeitos de sentidos produzidos pela negação polêmica: “a possibilidade de identificar duas vozes distintas encenando um embate de posicionamentos em relação a um dado tema, uma polarização de pontos de vista” (RODRIGUES; ALMEIDA, 2007, p. 75). A rejeição de um determinado ponto de vista ocorrendo de forma concomitante a presença do enunciador que nego algo pondo imediatamente o foco sobre um enunciador que afirma que esse algo- marca a presença de “um outro” no discurso, o que nos remete a discussão sobre heterogeneidade discursiva.

A polêmica não se instaura entre dois sujeitos individualmente, mas entre duas posições de sujeitos que representam “formações discursivas antagônicas”.

Segue abaixo o fragmento para análise que emenda constitucional, N. 1053, apresentada no dia 19/ 12/ 1934 pelo deputado constituinte Arthur Neiva do PSD (Partido Social Democrático) da Bahia, e demais deputados constituintes da bancada baiana¹⁵.

Fragmento 7	19/12/1933	AANC IV, p. 211
-------------	------------	-----------------

¹⁵ Medeiros Neto, Leôncio Galvão, Francisco Rocha, Arnold Silva, Clemente Mariani, Marques dos Reis, Manoel Novaes, Arlindo Leoni, Gileno Amado, Alfredo Mascarenhas, Pacheco de Oliveira, Edgard Sanches, Attila Amaral, Paulo Filho, Lauro Passos e F. Magalhães Netto, foram os demais deputados que assinaram o projeto de emenda.

1	Art. 128, 2§- Só será permitida a imigração de elementos da raça branca,
2	ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país.
3	Justificação
4	Ninguém suponha que o signatário da emenda, tenha nem de longe,
5	qualquer preconceito de raça.
6	(...) A solução que o brasileiro deu ao problema das raças, foi a mais
7	inteligente possível, em um prazo menor de um século, estará
8	inteiramente resolvido.
9	(...) O Brasil dá o exemplo único em todo o mundo de um povo onde não
10	existe preconceitos de raça e religião, o que tem chamado a atenção de
11	vultos internacionais, como Roosevelt e Kayserling, entre outros. E não
12	seria oportuno alimentar correntes imigratórias de homens de cor, sejam de
13	asiáticos ou de pretos africanos e americanos, portadores de outras línguas
14	e princípios religiosos.

No enunciado: “o Brasil dá o exemplo único em todo o mundo de um povo onde não existem preconceitos de raça e religião” (1.9-10), identificamos a marca da negação polêmica conceituada por Ducrot. A necessidade de se negar a existência do preconceito, quer do signatário da emenda, quer do país, aponta para um discurso que afirma existir no Brasil preconceito de raça e religião, conforme denunciava imprensa Negra Paulista, formada por periódicos ligados aos movimentos negros em São Paulo, organizados em torno das associações dos homens de cor, nas primeiras décadas do século XX. Evidenciavam-se as práticas racistas que a população negra recém liberta sofria, como podemos verificar no fragmento abaixo retirado do periódico O Alfinete, escrito em Agosto de 1918:

O estado lamentável em que jazem os homens de cor no Brasil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas em que de todo não desapareceram do nosso meio social, e de outro, pela nefasta ignorância em que vegetam este elemento da raça brasileira, inconsciente da sua humildade(...) a ignorância e a fraternidade dos povos preconizadas pelos princípios de 89 na França e que a República implantou como símbolo de nossa democracia, com relação aos negros é uma ficção, é uma mentira que até hoje não foram postas em prática (...) a raça branca opulenta, como é, exercendo o seu poderio revoltante compele a preta a viver em eterna inferioridade (OLIVEIRA, 1918 apud PIRES, 2005, p. 75).

A denúncia do racismo era realizada através da imprensa, mas o discurso hegemônico no campo político era atravessado pela obra de Gilberto Freyre, que

contribuiu para a formação do mito da democracia racial brasileira, onde as oportunidades são iguais para todos independente das raças, atravessa as discussões do projeto de lei em sua justificativa ao negar a existência do racismo.

O fragmento que segue, N. 1.074, refere-se a uma proposta de alteração na legislação destinada à imigração, apresentada no dia 21 de dezembro de 1933¹⁶:

	Fragmento 8	21/12/1933	AANC, v. IV, p. 219
1	Art. 128 § 2.		
2	A comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição escreveu no art.128 § 2: “A lei federal poderá proibir, limitar ou favorecer a emigração e imigração, tendo em vista os interesses nacionais.Substitua-se: A entrada de imigrantes no país deve ser regulada no sentido dos interesses nacionais e orientadas pelas conveniências etnológicas, higiênicas e psicológicas, de modo que a triagem e distribuição do material humano se faça por quotas étnicas, de acordo com o volume das massas demográficas de modo a ficar perfeitamente assegurada a sua assimilação ao plasma nacional.		
3	4		
4	5		
5	6		
6	7		
7	8		
8	9		
9	10		
10	11		
11	12		
12	13		
13	14		
14	15		
15	16		
16	17		
17	18		
18	19		

A imigração, como procuramos mostrar neste trabalho, além de contribuir para a ocupação do território, tinha como objetivo contribuir para a formação da identidade nacional brasileira, servindo às classes dirigentes, que, influenciadas pelas teorias racialistas, desejavam um país branco, aos moldes da Europa.

É nítida a presença do discurso eugenista no enunciado: “A entrada de imigrantes deve ser regulada no sentido dos interesses nacionais e orientadas pelas conveniências etnológicas, higiênicas e psicológicas, dado que a eugenia possuía diversas linhas de front em prol do melhoramento da raça: a) controlar a entrada dos imigrantes de acordo com a sua localização (questões etnológicas), b) restringir a

¹⁶ Assinaram o documento: Alvaro Maia, Alfredo da Matta, Abelardo Marinho, Clementino Lisboa, Pires Gayoso, Joaquim Magalhães, Lino Machado, Rodrigues Moreira, Deodato Maia, Odon Bezerra, Veiga Cabral e Agenor Dante.

entrada de degenerados como alcóolatras, tarados e pessoas envolvidas com crimes, e c) a questão higiênica, pois os imigrantes deveriam ser saudáveis, de modo a contribuir ao melhoramento racial.

O próximo fragmento a ser analisado é um projeto de lei apresentado pelo constituinte Álvaro Guedes Nogueira no dia 7 de abril de 1934.

	Fragmento 9	07/05/1934	AANC, v. XIX, p. 343
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32	<p>N. 1385Art.</p> <p>A partir de janeiro de mil novecentos e quarenta, ficará proibida, de modo absoluto, a entrada de imigrantes no país.</p> <p>Para cada nacionalidade fica estabelecido um coeficiente de imigração correspondente a cinco por cento de seus benditos residentes no Brasil, segundo estimativas do recenseamento de 1 de setembro de 1920, não podendo, em caso algum, o número total ultrapassar o limite estabelecido para os estrangeiros de nacionalidades não especificadas naquele recenseamento, cuja imigração ficará proibida a partir de 1 de Janeiro de 1935.</p> <p>§ Aos imigrantes que residirem no Brasil, e, 1 de Janeiro de 1940, ou nessa data tiverem propriedade imóvel no país, estará garantido o direito de novo estabelecimento em território nacional, se do mesmo se retirarem voluntariamente.</p> <p>§ O governo regulamentará a imigração dentro de noventa dias, após a promulgação desta Constituição, segundo as normas nela estabelecidas, e fixará os respectivos coeficientes relativos a todos os países, para que possam ser aplicados, a partir de Janeiro de 1935.</p> <p>§ O quociente da divisão por dez do número que corresponder ao coeficiente de imigração fixado para cada país de acordo com este artigo, será a quota anual de imigração para cada nacionalidade, até 1 de Janeiro de 1940, não podendo, em qualquer hipótese, a referida quota ser elevada, mesmo que não tenha sido totalmente aproveitada nos anos anteriores.</p> <p>§ A regulamentação a que se refere o presente artigo estabelecerá as condições exigidas para a imigração, de modo a ser obtida rigorosa seleção dos imigrantes, sob todos os aspectos, e garantida a preferência aos estrangeiros que já tiveram parentes próximos estabelecidos no território nacional.</p> <p>Art. § O governo em casos especialíssimos, devidamente comprovados, de falta de profissionais brasileiros para determinadas funções técnicas, poderá permitir, a título precário por praso máximo de quatro anos, exceções à regra estabelecida neste artigo.</p>		

A Constituinte de 1934 também ficou conhecida, de acordo com alguns historiadores, como uma Constituição em prol do trabalhador nacional (LUPPI, 1982, SANTOS, 2008), em função da regulamentação e consolidação de leis que garantem

direitos aos trabalhadores. A enunciação em destaque, do projeto de Guedes Nogueira, onde é posto em lei que as empresas estrangeiras sejam ocupadas com dois terços de trabalhadores nacionais, dialoga com a crise social da PR, em especial dos conflitos entre trabalhadores estrangeiros e brasileiros nos portos do Rio de Janeiro, por exemplo. As designações referentes às raças branca, negra e amarela já não aparecem mais. O que teria ocorrido para tais mudanças? Antes de empreendermos uma resposta, passaremos ao próximo fragmento, dado pela emenda N. 1619 que passou a regulamentar a entrada de imigrantes.

Fragmento 10	25/05/1934	AANC, v. XIX, p. 341
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	Emenda N.1619 Substitua-se o artigo 161 do projeto pelo seguinte: Artigo. É livre, com as restrições que a lei estabelecer a entrada de imigrantes de qualquer procedência no território nacional, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente o limite de dois por cento sobre o número total de seus respectivos nacionais aqui fixados durante os últimos cinquenta anos. Parágrafo único. É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, cabendo a lei regular a matéria no que respeita à seleção, localização e assimilação do alienígena.	

O fragmento destacado acima possuiu uma redação mais abrangente e diplomática. Não se fala mais em proibir a raça negra ou asiáticos. As designações referentes às raças branca, negra e amarela também não aparecem mais. Acreditamos que tais mudanças sejam reflexos do dialogismo estabelecido com o pensamento de Gilberto Freyre, influenciado pelo culturalismo do norte-americano Franz Boas. O culturalismo de Franz Boas, não identifica as raças ou culturas, como os teóricos do evolucionismo, onde as mesmas são produtos de uma única continuidade histórica e que seu desenvolvimento ocorreria de forma linear, passando da selvageria à barbárie e por último ao estágio final, a civilização. Boas acreditava que as culturas e as raças desenvolvem-se de forma independente, ou seja, encontravam-se em estágios diferentes, o que faz com que o autor negligencie as classificações superior e inferior.

Freyre, aluno de Boas, discordava das teorias deterministas racialistas e climáticas, que justificaram o atraso em função da raça e do clima. O negro e o índio,

em sua principal obra, *Casa-Grande e Senzala*, tornam-se protagonistas da história brasileira.

A mudança do conceito de raça para o de cultura é reflexo das mudanças que vinham ocorrendo no Brasil nas primeiras décadas do século XX: o processo de urbanização, industrialização e conseqüentemente o surgimento de uma nova classe média urbana e de um proletariado. O discurso sobre o brasileiro enquanto indolente, preguiçoso e condenado ao fracasso, em função da mistura das raças, foi alterado. Não era mais compatível as novas condições históricas e ao discurso do trabalhismo e de fazer a nação, como Vargas deixava claro em seu governo.

Considerações finais

A pesquisa se propôs, a partir de uma perspectiva discursiva, compreender as relações de sentido que foram criadas em torno da imigração nas reuniões de trabalho de ANC 1933-34, e as relações dialógicas que foram estabelecidas entre raça, imigração e eugenia. Como foi apresentado no capítulo 4, a maioria dos trabalhos relacionados ao movimento eugenista, ao tratarem de analisar suas fontes a partir de uma análise de conteúdo e conseqüentemente uma percepção de linguagem compreendida apenas como representação de uma dada realidade, negligenciaram o diálogo estabelecido com a eugenia norte-americana, o que nos foi permitido ao escolhermos trabalhar com linguagem a partir de uma visão dialógica, e como foi demonstrado em nossas análises com a utilização da categoria discurso relatado.

Identificamos que essas relações dialógicas se apresentaram no discurso materializado, que foram o corpus que nos propusemos a analisar, composto de leis, emendas e pareceres relacionadas a entrada ou exclusão de estrangeiros no território nacional.

A categoria discurso relatado nos permitiu compreender o exímio do Estado brasileiro de suas responsabilidades com a entrada e ou exclusão de imigrantes em território nacional, visto no primeiro fragmento analisado, ao citar grandes nomes da eugenia norte-americana como Lothrop Stoddart e S. Holmes. As designações permitiram que compreendêssemos de que modo foi construída discursivamente a imagem dos imigrantes. Na perspectiva de uma sociedade capitalista, voltada para o lucro e geração de riquezas, os imigrantes eram vistos como braços para o trabalho. Os estrangeiros que desejavam entrar no Brasil foram polarizados em dois grupos: os “desejáveis” e os “indesejáveis”. Aos “desejáveis” eram atribuídas características como brancos, fortes e sadios; enquanto aqueles considerados “indesejáveis” eram os psicopatas, alcoólatras, estupradores, criminosos de um modo geral. Quando se debatia a favor ou contra a entrada de negros e asiáticos, estes eram sempre atrelados ao grupo dos “indesejáveis”.

A negação polêmica, categoria utilizada no fragmento 7, nos permitiu verificar que a inexistência do racismo por parte do Estado brasileiro, através do órgão

legislativo, é uma falácia. Como demonstramos, numa configuração onde seres humanos são classificados enquanto raças, algumas superiores e outras inferiores, alguns projetos de leis foram apresentados no intuito de restringir e ou proibir a entrada daqueles considerados racialmente inferiores como negros e asiáticos. O branqueamento continuou a vigorar enquanto política pública de Estado, onde identificamos a preferência para a imigração de estrangeiros através de brancos, sobretudo do norte da Europa, considerado as raças mais superiores de acordo com o discurso científico da época.

A eugenia enquanto ciência se configurou enquanto um dispositivo de poder por estar atrelada às relações de saber e poder. Ela foi a responsável em permitir ou mesmo excluir a entrada de estrangeiros no Brasil. Deputados constituintes como Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Arthur Neiva, participaram do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, seja apresentando trabalhos e ou como ouvintes.

A discussão a respeito da identidade nacional, iniciada nas primeiras décadas da história republicana, continuava em pauta na década de 1930, materializada discursivamente na legislação referente a entrada de estrangeiros em território nacional. Uma escolha que não se deu por acaso, pois coube ao saber eugênico, influenciado pelas teorias racialistas, selecionar ou restringir a entrada de imigrantes, como verificamos no projeto de lei apresentado por Xavier de Oliveira, onde o deputado julgava necessária uma avaliação da sanidade mental dos imigrantes, de modo a restringir a entrada daqueles considerados degenerados: alcoólatras, psicopatas, tarados e criminosos. A raça branca, considerada superior, era detentora de privilégios, enquanto a raça negra e/ou amarela, dados pelos asiáticos, eram considerados inferiores.

Referências bibliográficas

- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- _____; **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Editora 70, 1977.
- BARRETO, Lima. **Marginália**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BOMENY, Helena. Miguel Couto: o árbitro moral do Brasil. IN: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. **Médicos Intérpretes do Brasil**. São Paulo: HUCIETC, 2015.
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1999.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção da (in) diferença no Rio de Janeiro 1927-1942**. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1999.
- COSTA, Sérgio. **O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata**. IN: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: v.28, n. 1,2,3; 2016, p. 47-68.
- DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. São Paulo: Pontes, 1987.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____; **Dois Regimes de Loucos: Textos e Entrevistas (1975-1995)**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DOMINGUES, Heloisa; SÁ, Magali; GLICK, Thomas: **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio. **Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac Editora, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. São Paulo: Fiorense Universitária, 2007.
- _____; **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”: Política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007.238f. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- GIORGI, Maria Cristina. **Seleção docente: perfil de professor e saberes privilegiados pelo trabalho**, Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Da Escola Técnica à Universidade Tecnológica: o lugar da educação de nível médio no Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET/RJ.** Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Alfredo Sérgio. **Raça e Antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. **Dá Diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento, ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte 1934.1975.** 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

LOBATO, Monteiro. **Problema Vital, Jeca Tatu e Outros Textos.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez Editora, 2013.

_____; **Discurso e Análise do Discurso.** IN: (Re) Discutir Texto, Gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

O'BRIEN, Patrícia. **A História da Cultura de Michel Foucault.** IN: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OKSALA, JOHANNA. **Como Ler Foucault.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Associações de Homens de Cor – ideologias sociais (1915-1935).** In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. A República e a Questão do Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

RAMOS, Jair de Souza. **O Poder de Domar do Fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional.** Niterói: Editora UFF, 2006.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30).** 1994.373f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Universidade Estado de Campinas, Campinas, 1994.

ROCHA, Décio. **Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade.** Linguagem em (Dis) curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, 2014, p. 619-632.

_____; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno**. IN: DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo, v. 22, n.1, 2006, p. 29-52

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)**. 2008. 278f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008

_____. Oliveira Vianna, a política imigratória do primeiro governo Vargas e a influência dos Estados Unidos. In: PAULA, Dilma Andrade; CORRÊA, Maria Letícia. **Intelectuais e Desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: CCBB/ Fiocruz, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro – (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

STEPAN, Nancy. **Eugenia no Brasil 1917- 1940**. IN: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____; A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TODOROV, Tzevan. **Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade Humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.